

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

SALVIO ROBERTO DA SILVA FILHO

**JEAN DE LÉRY SOB UM OLHAR HISTÓRICO-TEOLÓGICO ENTRE OS
*TUPINAMBÁS NA BAÍA DE GUANABARA (1557-1558)***

SÃO PAULO, SP

2025

SALVIO ROBERTO DA SILVA FILHO

**JEAN DE LÉRY SOB UM OLHAR HISTÓRICO-TEOLÓGICO ENTRE OS
TUPINAMBÁS NA BAÍA DE GUANABARA (1557-1558)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito final no curso
Bacharel em Teologia Faculdade Teológica
Batista de São Paulo.

Orientador: prof. Dr. Emmanuel Athayde

SÃO PAULO, SP

2025

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

SALVIO ROBERTO DA SILVA FILHO

**JEAN DE LÉRY SOB UM OLHAR HISTÓRICO-TEOLÓGICO ENTRE OS
*TUPINAMBÁS NA BAÍA DE GUANABARA (1557-1558)***

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emmanuel Athayde - Orientador

Prof. Me. Luciano Silva Alves - Leitor

Prof. Me. Marcos de Almeida – Coordenador Acadêmico

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Salvio e Marinete, que com dedicação me ensinaram o caminho da Graça.

Ao amor da minha vida, minha querida esposa Amanda, que tem sido alicerce e a maior bênção em minha vida.

Aos meus filhos, Isaac, Eloá e Ayla, pois são minhas riquezas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo o meu coração a Deus, por me dar saúde, força, sabedoria e o cuidado de sempre.

A minha esposa, pois ela é minha metade, por toda a compreensão de sempre, pela sabedoria com que conduz cada situação, e sem ela eu não teria realizado este curso.

Os professores da Faculdade Teológica Batista de São Paulo, em especial ao meu orientador Dr. Emmanuel Athayde, por todo apoio, força, orientação, e sobretudo paciência para comigo.

Os amigos da Faculdade, por toda parceria e amizade.

E por fim, à minha amada igreja, por todo apoio que me concede.

“Apesar de sua total extinção, os tupinambás se podem considerar os aborígenes sul-americanos, na atualidade, mais bem conhecidos” (METREAU, 1979).

RESUMO

Este projeto de pesquisa é um estudo histórico-teológico a respeito da vinda de missionários ao Brasil no século XVI. Eram, franceses, cristãos reformados de orientação calvinista, conhecidos como huguenotes, e filhos de seu tempo. A pesquisa parte da análise dos índios tupinambás, povo que vivia as margens da baía carioca, de fala pertencente ao tronco linguístico tupi-guarani. Este grupo indígena, vivia da caça e coleta, consumiam dos produtos da terra, como frutas e raízes, se desenvolviam numa sociedade bem estruturada e organizada. Da implantação da França Antártica, colônia desenvolvida nestas terras, no mesmospaço dominado pelos índios tupinambás, na Baía de Guanabara, administrada e organizada pelo almirante e habilidoso Nicolas Duran Villegagnon. E por fim, em especial, procurará observar o Jovem aprendiz de pastor, Jean de Léry, entendendo o que, de fato, em sua perspectiva qual era o lugar do outro.

Assim, o presente trabalho de pesquisa, também, pretendeapresentar: os encontros e desencontros entre os indígenas e os colonizadores franceses, tanto na perspectiva do nativo quanto na percepção do homem branco europeu, nesse bojo, considerando as variadas questões culturais, concepções religiosas, de ambos e, sobretudo o costume da antropofagia que os tupinambás praticavam. Aliás, sobre a antropofagia, este trabalho de conclusão de curso, discutirá as nuances que envolvem o debate sobre a concepção do canibalismo;e ainda, os entraves e discórdias doutrinárias que se criou entre Villegagnon (católico) e os calvinistas (reformados). Assim, a pesquisa utiliza o método bibliográfico, consultando obras de autores renomados que fizeram excelente pesquisas. Além, de se apropriar de obras de testemunhas oculares da época.

Palavras-chave:Indígenas, Reformadores, Antropofagia, Protestantismo, Mártires

ABSTRACT

This research project is a historical-theological study regarding the arrival of missionaries to Brazil in the 16th century. They were French, reformed Christians with a Calvinist orientation, known as Huguenots, and children of their time. The research starts from the analysis of the Tupinambá Indians, a people who lived on the banks of the Rio de Janeiro Bay, whose speech belongs to the Tupi-Guarani linguistic trunk. This indigenous group lived from hunting and gathering, consumed products from the land, such as fruits and roots, and developed into a well-structured and organized society. From the establishment of Antares France, a colony developed in these lands, in the same space dominated by the Tupinambá Indians, in Guanabara Bay, administered and organized by the skilled admiral Nicolas Duran Villegagnon. And finally, in particular, it will seek to observe the Young Shepherd's Apprentice, Jean de Léry, understanding what, in fact, from his perspective what the other's place was.

Thus, the present research work also intends to present: the encounters and disagreements between the indigenous people and the French colonizers, both from the perspective of the native and from the perception of the white European man, in this context, considering the varied cultural issues, religious conceptions, of both and, above all, the custom of anthropophagy that the Tupinambás practiced. In fact, regarding anthropophagy, this course conclusion work will discuss the nuances surrounding the debate on the conception of cannibalism; and also, the obstacles and doctrinal disagreements that were created between Villegagnon (Catholic) and the Calvinists (Reformed). Thus, the research uses the bibliographic method, consulting works by renowned authors who have done excellent research. In addition, it appropriates works from eyewitnesses of the time.

Keywords: Indigenous, Reformers, Anthropophagy, Protestantism, Martyrs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A VIDA DOS <i>TUPINAMBÁS</i>	14
1.1 OS NATIVOS DA BAÍA DA GUANABARA	15
1.2 O CANIBALISMO ENTRE OS <i>TUPINAMBÁ</i>	18
1.3 SOBRE A RELIGIÃO DOS <i>TUPINAMBÁS</i>	22
2 A COLÔNIA FRANÇA ANTÁRTICA E SUA INSTALAÇÃO	26
2.1 O ESTABELECIMENTO DA COLÔNIA NA BAÍA DE GUANABARA	27
2.2 PROBLEMAS ENFRENTADOS NA COLÔNIA	30
3 JEAN DE LÉRY E OS MISSIONÁRIOS HUGUENOTES NA BAÍA DE GUANABARA	34
3.1 BATISMO E SANTA CEIA: OS CONFLITOS E EMBATES QUE RESULTARAM NA CONFISSÃO DE FÉ DA GUANABARA (1558)	36
3.2 A TRÁGICA MORTE DOS MÁRTIRES DA BAÍA DE GUANABARA	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

INTRODUÇÃO

Jean de Lery foi um dos missionários de fé protestante que veio em missão para o Brasil no século XVI e habitou entre povos nativos na região da Baía de Guanabara. Por um período de quase um ano, entre 1557 e 1558, Lery e seus companheiros procuraram executar com dedicação aquilo pelo qual foram vocacionados a realizar: a pregação do evangelho.

A Baía de Guanabara, situada na atual Rio de Janeiro, era naquele momento histórico uma baía cercada de montanhas rochosas, coberta por uma linda floresta tropical, e habitada por pessoas cujo a etnia era de fala que pertencia ao tronco linguístico *Tupi-guarani*, os *tupinambás*. E, era o grupo que formava a comunidade da grande aldeia *Kariauc* ou Karióka (SILVA, 2024, p.18), que nesta década de cinquenta do século XVI passava por observações e sondagens por parte Nicolas Durand de Villegagnon, o almirante francês responsável pela implantação e governo da recém colônia denominada de França Antártica.

Sabe-se que os franceses objetivavam desenvolver uma colônia nas terras brasileiras para, também, participar do crescente negócio lucrativo advindos da exploração de recursos naturais para matéria-prima de diversos produtos. Além, é óbvio, terem a possibilidade de se distanciarem das perseguições religiosas que estavam transformando a França num barril de pólvora.

Nesse sentido, este trabalho responde as seguintes questões: Quem eram os índios tupinambás? Quais os motivos que levaram Villegagnon solicitar uma expedição missionária na recém-criada colônia francesa na Baía de Guanabara? Qual era o momento histórico vivido por Jean de Léry na França e depois aqui na América? Quais eram os princípios teológicos, e hermenêuticos (interpretação) presente entre os missionários huguenotes a respeito da Santa Ceia e Batismo? Como esses missionários articulavam suas ideias e convicções face aos índios *tupinambá*? Os missionários chegaram a introduzir celebrações e cultos entre os colonos e nativos? E, se realizaram, como eram executados estes serviços religiosos?

A introdução de missionários protestantes na colônia francesa nestas terras, provavelmente, foi para controlar os relacionamentos entre índio e colonos, além de

acalmar os ânimos destes contra o governo local da colônia. Neste momento histórico a França atravessava um momento de crise religiosa que dividiu católicos e protestantes, tendo impactos sociais, políticos e econômicos (SCHWARCZ, 2018, p.39). Assim, que se instalam na Baía de Guanabara, encontram nativos, são índios tupinambás que viviam na costa litorânea, e que tinham seus costumes e cultura distintiva. Para os colonos franceses nos tupinambás estava a oportunidade de liberdade, algo que muitos deles não tinham lá na França. Contudo, para os missionários que chegaram, *a posteriori*, tanto os colonos como os nativos, eram pessoas carentes de Deus. Logo, articularam-se em evangelizá-los, celebrando cultos, Santas Ceias e batismos. As realizações dessas celebrações eram conforme o rito reformado, inclusive os cultos eram realizados pelo menos duas vezes aos domingos.

E, a respeito da Santa Ceia do Senhor, é sabido que os protestantes huguenotes (calvinistas), não a interpretavam como a Igreja Católica Apostólica Romana, que a percebiam de modo transubstancial, ou seja, é a crença de que os elementos do pão e do vinho se transformariam na carne e no sangue de Jesus, respectivamente, mas que Jesus Cristo estaria unido ao crente através da fé. Já o batismo, embora sendo considerado a um ritual sacramental, quer dizer que é um dos sete sacramentos pertencentes à Igreja, para os calvinistas quinhentistas franceses e genebrinos, não regenerava, senão apenas simbolizava.

Assim, a presente pesquisa se justifica partindo da curiosidade da história sobre a propagação da fé reformada no Brasil e a figura icônica do jovem Léry que foi registrada sob a ótica da historiografia em “A oralidade ou o espaço do outro: Léry”, que se encontra na terceira parte do Livro “A Escrita da História” de Michel de Certeau (1982). Nesta obra o historiador trata da importância e dos impactos sociais e linguísticos que a escrita desempenha numa sociedade, além de discorrer sobre a interpretação do outro sob a perspectiva do olhar de quem observa, quando que, nem sempre o observado é o que parece ser. E, para De Certeau, Léry contribui para validação da cultura do outro. Logo, busca-se compreender este processo histórico dos cristãos protestantes entre os povos originários. Logo, o trabalho, se justifica com a perspectiva de explorar as indagações.

Vale ressaltar, a pesquisa não trata de certos assuntos aprofundando-os, como Calvinismo, historiografia quinhentista, dogma teológico, psicologia, sociologia ou antropologia, embora se percorra por esses campos, construindo uma narrativa que permita ao leitor compreender as nuances e implicações da missão evangelística entre os nativos e colonos franceses, considerando os choques culturais e religiosos que circundaram este recorte histórico. E, ao mesmo tempo oportunizará a todos nós a enxergar e autenticar o outro como ser semelhante, considerando os aspectos culturais, vivências, experiências, espiritualidades e modos de vida diferentes, a fim de ser uma igreja que vive o evangelho de Jesus, pois o testemunho dessa história fala conosco até os dias de hoje.

A metodologia aplicada na pesquisa se dará por meio de análise de documentos(bibliográfica), com o propósito descritivo. E, a abordagem será qualitativa, pois, haverá levantamento de dados e informações, a fim de compreender e interpretar as motivações, obstinados comportamentos, e assimilações dos grupos investigados neste trabalho.

O objetivo geral é apresentar a vinda de missionários franceses para o Brasil no século XVI; pesquisar parte da cultura tupinambá e discutir a inauguração da colônia francesa na Baía de Guanabara.

E, os objetos específicos deste trabalho são: examinar os detalhes destes eventos que fazem parte da história do cristianismo reformado no Rio de Janeiro; articular as ideias e perspectivas de teóricos e pesquisadores deste momento histórico; valorizar a vinda dos missionários entre povos originários no Brasil; e estimular a reflexão e pensamento sobre o respeito à diversidade cultural, permitindo construir pontes e abrir novas janelas que cooperam, em alguma medida, para as missões culturais.

A fundamentação teórica se dará através dos conceitos e ideias presentes em obras de autores teóricos, sociólogos, historiadores, teólogos (contemporâneos que pesquisaram ou pesquisam sobre) e testemunhas oculares que viveram no período histórico abordado. Por exemplo: o primeiro capítulo será embasado no *O Paraíso Protestante: Jean de Lery, notas antropofágicas sobre a questão Huguenote-Tupinambá*, escrito pelo pastor e professor Jorge Pinheiro dos Santos, porque subscreve a questão do canibalismo entre os nativos indígenas localizados na Baía

da Guanabara, além de detalhar com atenção parte da cultura tupinambá (SANTOS, 2013); *O Rio antes do Rio* do jornalista Rafael Freitas da Silva, faz-se essencial neste processo de análise, haja vista, quando o livro traz contribuição sobre detalhes sobre da vida, rituais, e dinâmica social entre essa envolvente etnia (SILVA, 2024); *Viagem ao Brasil* de Hans Staden, por sua importância na composição das obras que registraram os eventos históricos de modo testemunhal (STADEN, 2014); a pesquisa de Alfred Metreux apresentada em *A religião dos Tupinambás e suas relações com as demais tribos tupi-guaranis*, mesmo sendo um livro de pesquisa da metade do século XX, é atual, e, fez com riqueza de detalhes, investigação proveitosa para futuros pesquisadores da cultura dos nativos (METREUX, 1979). O segundo capítulo, contém um diálogo a partir dos livros *Villegagnon e a França Antártica: Uma reavaliação*, e *Os franceses na Guanabara: Villegagnon e a França Antártica*, são importantes para analisar a relação social entre colonos e indígenas, e porque trata as especificidades tanto da vida pregressa do almirante Nicolas Durand de Villegagnon, como da sua chegada (no Brasil) e desenvolvimento da colônia na Baía de Guanabara (MARIZ, 2001; 2015); Adriana Lopez, percebe com maestria matérias como a viagem conturbada, os antagonismos entre calvinistas e canibais, e os desdobramentos da França Antártica, no seu livro intitulado *Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil* (LOPEZ, 2001); e, a *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry por ser mais uma obra testemunhal (LÉRY, 1961). Por fim, no terceiro capítulo, este trabalho de pesquisa lança mão de Jean Crispin, *A tragédia da Guanabara*, traduzido por Domingos Ribeiro, Norma Cristina Guimarães Braga e Susana Klassen, pois trata de maneira clara e objetiva sobre a primeira confissão de fé protestante em solo brasileiro, e dos encontros e desencontros entre missionários e colonos (CRISPIN, 2007); Carl Egbert H. Vieira de Mello, no livro *O Rio de Janeiro no Brasil Quinhentista*, pois acentua a relação franco-tupinambá na questão da invasão francesa no Rio de Janeiro, pois é importante para compreender esse processo de choque e ao mesmo tempo de integração entre culturas (MELLO, 1996); a pesquisa da Maria Fernanda B. Bicalho *A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”*, onde articula seu pensamento a respeito do início de uma configuração protestante na colônia (BICALHO, 2008).

Além desses trabalhos citados para cada capítulo, a presente pesquisa ainda se fundamenta nas duas obras: *História do Brasil*, de Boris Fausto (2009) e *Brasil:*

uma biografiada renomada historiadora Lilia Moritz Schwarcz (SCHWARCZ, 2018). Ambos são trabalhos de leitura obrigatória para compreensão da história do Brasil. Portanto, este trabalho de conclusão de curso se valerá destes alicerces para fundamentar as ideias.

Desse modo, no primeiro capítulo será abordado como era a vida dos tupinambás, sua maneira de vida, costumes, em que momento e porque consumiam carne humana após as batalhas vencidas. A proposta é versar ideias em pesquisas de autores a respeito destes fatos canibais, a fim de tentar esclarecer os objetivos dos sacrifícios dos prisioneiros guerreiros, pois há muitas dúvidas ementornado que era a antropofagia entre os nativos. Ainda, apresentar-se-á um pouco das crenças e da religião tupinambá.

O segundo capítulo será subdividido em duas partes: a primeira contará como foi estabelecido a colônia francesa na Baía de Guanabara e seus impactos na rotina das aldeias indígenas; e a segunda apresenta as fragilidades do empreendimento (da colônia) que se criou grande expectativa, mas que não se sustentou devido a um conjunto de problemas e desafios e que o almirante Villegagnon não soube resolver.

E por fim, o último e terceiro capítulo abarca as celebrações de culto reformado, as convicções protestantes, e os entraves teológicos e doutrinários entre Villegagnon e os missionários huguenotes a respeito da Santa Ceia e do Batismo reformado. E, ainda, se propõe trabalhar, mesmo que de modo sucinto a respeito dos missionários que se tornaram mártires nestas terras.

1 A VIDA DOS TUPINAMBÁS

A cultura dos nativos brasileiros é rica em diversidade. Havia inúmeros troncos linguísticos e diversos grupos étnicos espalhados por todo o território continental do Brasil. Aliás, de acordo com a história oficial, os primeiros europeus que aqui chegaram foram os portugueses, que deixaram descrições de suas impressões a respeito de alguns dos povos indígenas, contando suas características e expressiva beleza (SCHWARCZ, 2015, p.29). Todavia, nestas poucas páginas que se seguem será abordado sobre as práticas culturais daqueles que viviam em uma região muito bonita e abundante em flora e fauna da atual Rio de Janeiro, os índios Tupinambás. Como viviam, nasciam e cresciam, como desenvolviam as aldeias, no que acreditavam, e o porquê do costume de comerem os seus prisioneiros de guerra.

Sem sombra de dúvidas, a cultura tupinambá é uma das mais plurais e exóticas do Brasil (METREUX, 1979, p.72; 73), e que se faz necessário estudá-la com mais atenção e cuidado. Espera-se que a partir deste trabalho de pesquisa seja aguçada a vontade de se pesquisar sobre este grupo e o momento histórico abordado.

1.1 OS NATIVOS DA BAÍA DA GUANABARA

Os *tupinambás*¹ formaram uma nação entre os povos originários brasileiro, se estabeleceram na faixa litorânea sendo reconhecidos de norte a sul há centenas de anos atrás, na realidade não se sabe exatamente a partir de quando eles se fixaram nessas regiões. Entretanto, eram numerosos e em cada local havia grupos destes com características peculiares, conforme registra Silva a respeito da grande quantidade de aldeias espalhadas no Rio, Bahia e Maranhão (SILVA, 2024, p. 101).

De acordo com o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa, esse povo era pertencente da família linguística *tupi-guarani*, do tronco *Tupi*. Aliás, antes da chegada dos colonizadores europeus, foram identificadas pelo menos dez famílias deste mesmo tronco linguístico no Brasil (IBGE, 2024).

Os nativos desta terra, de modo geral, eram estritamente ligados à mata, de maneira que nós indivíduos do século XXI, e da pós-modernidade não conseguiríamos, talvez assimilar o que isso significa. Essa relação entre mata e indígenas é realmente muito complexa, indo além de mera moradia ou local de se estar. Pode-se observar um pouco dessa compreensão nas palavras do professor Jorge Pinheiro dos Santos.

Não importa saber onde termina a mata e onde começa o tupinambá, não importa que a passagem entre mata e tupinambá se tenha feito através de transições ou por um salto. [...] O tupinambá tem consciência de si mesmo, distingue-se da mata enquanto ser que se desdobra, tornando-se pessoa consciente de si mesma. A mata ignora essa divisão, por isso o tupinambá

¹ Essa nota de rodapé é embasada na nota de Sérgio Millet, cuja informação se encontra no livro de Jean de Lery “Viagem a Terra do Brasil”, para explicar a expressão Tupi-guarani “Tupinambá”, muito utilizada entre os próprios nativos e colonos franceses se referindo à indivíduos pertencentes ao grupo étnico a costa litorânea. Assim, segue: “Léry escreve *Tauoupinambaoults* e vários outros cronistas o fazem de modos diversos: *Topynambá* (Claude, d’Abbeville), *Tuppinambá* (Hans Staden); *Tapinambó* (Yves d’Evreux); *Tupinabâ* (Fernão Cardim) etc. A forma que se vulgarizou, entretanto, foi a usada por Gabriel Soares e outros cronistas que escreveram em português — Tupinambá. Essa designação era de aplicação extremamente larga, e se nos apresenta na Etnografia brasileira como denominativo genérico de numerosas tribos litorâneas, desde o extremo norte ao sul do Brasil, oriundas de um mesmo tronco antigo, provavelmente o tupi. Assim é que certos tupiniquins, tamoios, *tobajaras*, *tupinás*, etc., não raro se diziam tupinambás, como a indicar o nome de família com omissão de seus nomes tribais”. A expressão *tupinambá* pode designar descendentes dos primeiros pais. (MILLET, 1961).

não é uma combinação de duas partes autônomas, tais como mata e corpo, mas um só ser fendido em uma só unidade. Essas determinações gerais levam a algumas considerações no que se refere à pesquisa do tupinambá e da cultura tupi-guarani. Elas negam qualquer dedução da cultura tupi-guarani enquanto puro movimento reflexo frente à mata. (SANTOS. 2013, p.27 e 28).

Nesse sentido, há uma profunda e hermética conexão entre os povos originários e a floresta, e o que a natureza da mata tem para oferecer. A partir dessa análise é possível perceber a tamanha importância que as muitas etnias indígenas dão à preservação das matas, sobretudo atualmente.

Os indígenas naturalmente conservam o ambiente, pois detêm conhecimento da flora e fauna. São, ao mesmo tempo guardiões naturais e tradicionais das florestas.

Então, o objeto de análise é a respeito dos originários que viviam em um ambiente rico em recursos naturais da Baía da *Guanabara*². Os primeiros registros que se tem conhecimento sobre sua existência são do século XVI. Sobre isso, Hans Staden, um viajante de origem alemã, que permaneceu por pelo menos dez meses entre os nativos nesta época (SILVA, 2024, p. 372), aponta em seu registro quando esteve entre os *tupinambás*, que estes viviam da caça e da pesca e mudavam de “moradias para outra parte” sempre que se devastava um lugar (STADEN, 2014, p. 144).

Hans Staden, enriquece seu relato detalhando muitos elementos e particularidades da cultura destes nativos, como por exemplo trazendo a informação de que estes estavam rodeados de inimigos. Ao Sul, os tupiniquins, ou seja, localizados no litoral norte da São Paulo de hoje. Do lado Norte da Baía segundo Staden, “confinam uma casta de selvagens, que se chamavam *Weittaka*”³. Além dos *Karaya*, que eram inimigos próximos, havia também os *Wayganna* e os *Markaya* (Maracaiá) que moravam na serra (STADEN, 2014, p.143). Embora, o piloto francês e, um dos recrutas de Villegagnon, Nicolas Barré, registra em sua primeira missiva que os principais inimigos dos tupinambás são os *Ouitachas*, os *Ouyamas*, os *Margais*, os *Taliarbas* e os portugueses (TERNAUX-COMPANS apud FRANÇA, 2008, p.24). Nota-se, então, que estes nativos tinham muitos inimigos.

² De acordo com o Dicionário Tupi (antigo) – português de Moacyr Ribeiro de Carvalho, *GŪĂ-NĂ-BARĂ* é um substantivo (nasalação de *guá-nã-pará*): que significa “bacia semelhante ao mar” ou baía, enseada, lagamar (CARVALHO, 1987, p.94).

³ Segundo a obra de Hans Staden (2014, p. 143), refere-se *Guaytacá* que dominava o baixo Paraíba. O nome tupi é contração de *goatacara*, que quer dizer o andejo, o nômade, errante.

O IBGE apresenta algumas das muitas especificidades tupinambás, como as malocas que eram espécie de residência. Estas são definidas como casa comunal, com a possibilidade de reunir várias famílias residindo na mesma edificação. As malocas serviam como espaços para compartilhar atividades comunitárias, de convívio, cerimônias, festas e rituais (SILVA, 2024,p. 93).

Cada grupo ou tribo⁴ era composta por pelo menos seis malocas e até oito. E, a população dessas tribos era formada por cerca de duzentos indivíduos, contudo, a população de cada grupo alcançava o número de até seiscentos, conforme divulgação do IBGE.

Sobre as atividades cotidianas, foi identificada, ainda no século XVI, divisão de trabalho e papel social por sexo. Os tupinambás tinham uma estrutura familiar construída há muito tempo antes da presença do homem branco. Ainda de acordo com o pastor e pesquisador Jorge Pinheiro dos Santos, esse modelo familiar entre as comunidades era baseado na “matrifocalidade”, ou seja, era muito forte e notória a presença da gestão feminina nas tribos e malocas. O autor, destaca que as mulheres “[...] não eram chefes da tribo, mas os homens, pai e filhos, aceitavam sua chefia interna” (2013, p.40).

Nessa estrutura, havia uma ruptura da ideologia da paternidade, o que dava a à maternidade um caráter supracultural, pois rompia os laços de sangue. Então, o pai não era mais pai, nem o filho era o filho do pai, mas da mãe. Nesse sentido, tal desconstrução levava radicalmente à ruptura da estrutura de parentesco patrilinear conhecida pelos franceses, de filho do pai, e propunha para as “línguas” a universalidade da maternidade suprabiológica e supracultural. (SANTOS, 2013, p.41).

Essa, sem dúvida nenhuma, era uma das grandes diferenças entre as culturas entre os franceses e nativos na Baía da Guanabara, pois, os europeus eram resultado de uma sociedade patriarcal. Portanto, a presente seção tentou apresentar, de modo sucinto, através de embasamentos teóricos um pouco sobre os tupinambás, seu modo de vida, cultura e suas relações entre si. Mas, o que será investigado adiante, realmente deixavas outros povos nativos e até mesmo os colonos impressionados, e em certa medida assustados, era o modo como os tupinambás tratavam seus

⁴ Termo utilizado pelo IBGE divulgado no próprio site do Instituto:
<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/modos-de-vida-dos-tupinamba-ou-tupis.html>

prisioneiros de guerra, e o que faziam com eles. Abordar-se-á a seguir sobre a antropofagia.

1.2 O CANIBALISMO ENTRE OS *TUPINAMBÁ*

A prática do canibalismo era corrente entre os índios tupinambás, eles consumiam, geralmente, a carne dos prisioneiros (STADEN, 2014, p.97). Contudo, é preciso distinguir que essa não era uma prática isolada e nem se alimentavam de pessoas diariamente como refeição, mas sim, um costume que consistia em ingerir a carne de inimigos, na maior parte dos casos guerreiros como destaca Vasco Mariz sobre um episódio curioso:

Villegagnon trouxe da França um índio *margaiá* que se casara com uma francesa e aprendera o francês. Ele deveria servir como intérprete da expedição, mas os tupinambás logo o reconheceram como um inimigo e, na primeira oportunidade, mataram-no e o comeram, para a grande irritação do cavaleiro de Malta (MARIZ, 2015, p. 88).

Frequentemente, pesquisadores e antropólogos utilizam a expressão antropofagia, como o próprio Metreaux, que percebe este costume como um ritual em pós-guerra (METREAU, 1979, p.144). Ao mesmo tempo os tupinambás compreendiam que ao consumir a carne de inimigos, era possível receber por transferência a força, energia e bravura do vencido, e, além disso, lançar mão da carne do adversário assemelhava-se a alimentar da carne de um jaguar, seu pior inimigo. (METREAU, 1979, p.134).

Assim, antropofagia abarca um conceito diferente. Embora, não deixa de ser canibalismo. Conforme o dicionário da língua portuguesa a palavra “canibalismo” significa “[...] ato de comer carne de seres da mesma espécie” (RAMOS, 2011, p. 150).

De acordo com a leitura do trabalho de pesquisa “Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil” de Adriana Lopez, é possível refletir sobre certa incapacidade por parte de outros grupos indígenas de disputar território com os tupinambás. Isso, provavelmente se dá a partir do conhecimento que se tem a respeito daquilo que eles fazem com seus prisioneiros de guerra (LOPEZ, 2001, p.87). Assim, o receio de ser arrebatado e preso era grande.

Quando os europeus chegaram ao litoral americano, os tupinambás já haviam expulsado grande parte dos grupos tupiniquins para o sertão, principalmente nas proximidades da Baía de Guanabara, na baía de todos os Santos e ao norte de Pernambuco. Estes, por sua vez, vagaram para o Planalto de Piratininga, entrando em confronto direto com os carijós pertencentes ao grupo linguístico guarani. Em Pernambuco, refugiaram-se nas serras ao norte

da ilha de Itamaracá, e viveram um longo e conturbado relacionamento com os colonos portugueses, que ora os consideravam aliados, ora quebravam os acordos, muitos deles até registrados perante escrivão, e os escravizavam (LOPEZ, 2001, p.87; 89)⁵.

Mas, como essa prática era realizada e introduzida entre os indivíduos no seio deste povo? Como as crianças aprendiam e eram educadas a esse fim? Era como se houvesse na concepção do senso comum do nativo, desde a mais tenra idade dos meninos e meninas, a respeito da defesa do seu espaço (territorialidade espacial) e de possível avanço mata adentro. Conforme sinaliza Rafael Freitas da Silva,

Um espírito guerreiro dominava todos os integrantes da aldeia que trabalhavam guiados por uma urgência militar, a ponto do homem só poder se casar após ter combatido em ação real e capturado um inimigo para o sacrifício ritual (SILVA, 2024, p.39).

Desde o nascimento das crianças, os tupinambás assistiam os seus filhos com esmero e apreço. Imersos na dinâmica social e cultural, os filhos cresciam sob olhares dos mais velhos e experientes, seguindo ensinamentos, observando os movimentos práticos, obedecendo aos conselhos, e sujeitando-se aos comandos, para que todos imbuídos construíssem e desenvolvessem as sociedades tupinambás.

Para a criança tupinambá ascender à sociedade de seus ancestrais, ela deverá seguir todos os ritos tradicionais da comunidade. Um longo caminho de dores físicas e caminhos até que se possa “trocar de nome” na singular cerimônia da vingança ritual sobre um inimigo. Nesta ocasião, o homem era finalmente integrado a categoria dos *abás* guerreiros adultos. Só quando era considerado “batizado” na guerra ou no sacrifício ritual é que finalmente lhe permitiam o direito de pretender uma esposa, ter filhos e começar a formar sua própria família e clã (SILVA, 2024, p.44).

Ainda a respeitosa vida e sociedade dos tupinambás nos apresenta Silva que “[...] as mulheres eram muito disputadas porque eram elas as responsáveis pela qualidade de vida dos homens, que ansiavam uma mulher que provesse o lar de alimentos, vegetais, e lenha” e ainda mantinham acesa a fogueira(SILVA, 2024, p.81).

Logo, a vida para as meninas, assim como a dos meninos era de muita inquirição, formavam grupos divididos por faixa etária e com parentes. Assim, se prevaleciam a partir da prática da imitação, junto as mães e mulheres mais experimentadas. Tão logo, participavam dos artesanatos e fabricações de redes, potes e panelas, assim como a semear, preparar alimentos, produzir farinhas. Então,

⁵ O recorte apresentado é um fragmento do livro da Adriana Lopez intitulado “Franceses e Tupinambás na terra do Brasil” localizado no último parágrafo da página 87, onde se conclui na página 89, pois há uma imagem que ocupa toda a página 88.

havia uma espécie de passagem de *kunhataîmiri*⁶ a *kunhãmuru*⁷, no qual era notoriamente perceptível o crescimento e desenvoltura aprimorada das moças.

Era, sem sombra de dúvidas uma sociedade muito bem organizada e estruturada em todos os aspectos, pois, construíam a educação dos novos embasados no passado ancestral, permitindo um desenvolvimento sólido no presente, capaz de abrir janelas e perspectivas seguras para o futuro.

Então, já quando jovem ou adulto, o guerreiro tupinambá tinha a seu dispor armas poderosas e infalíveis como a *ybirapema*, espécie de borduna (uma lança com ponta afiada, era o que mais gostavam). Todavia, os “[...] tupinambás eram exímios arqueiros” (SILVA, 2024, p.55), e “[...] as flechas mediam até 1,60 metro e eram feitas de um tipo de cana sem nós” (SILVA, 2024, p.54). Aliás, geralmente, a primeira imagem que nos vem a respeito dos povos originários, portando em suas mãos ou fixado em seu corpo por algum tipo de acessório é o uso do arco e da flecha.

Em Staden, observamos que o inimigo após ser capturado e se tornar um prisioneiro, era conduzido pelas mulheres para entrar na maloca recebendo socos e até beliscos por elas e pelas crianças. Assim os tupinambás faziam, cantando e “[...] arrancando a minha barba e falando em sua língua: ‘*Scheinnammepepike a e*’, o que quer dizer: ‘vingo em ti o golpe que matou o meu amigo, o qual foi morto por aqueles entre os quais tu estiveste’” (STADEN, 2014, p.70).

O prisioneiro era apresentado ao líder em um local separado, “uma mulher raspava-lhe todos os pelos do rosto com um afiado cristal incrustado num pedaço de pau curvado” (SILVA, 2024, p.65). E, com o próprio cabelo era feito uma espécie de coroa na cabeça do enclausurado. Logo, “o cercavam, obrigando-o a dançar no ritmo do grupo, batendo os pés, enquanto salientavam nas canções a veracidade da profecia dos *marakás*⁸, confirmada em sua captura” (SILVA, 2024, p.66). A partir deste

⁶ Conforme nota de Rafael Freitas da Silva: Desde que começa a andar até a primeira menstruação (SILVA, 2024, p.89).

⁷ Moça de 15 a 25 anos (SILVA, 2024, p.89).

⁸ Chocalho, conforme Dicionário Tupi (antigo), português (CARVALHO, 1987, p.163). Porém, Hans Staden identificou por nome *tammaraká*, “(...) fruto que cresce como abóbora e de tamanho de um meio pote. Oco, como é, atravessam-lhe um pau. Fazem-lhe depois um orifício à guisa de boquinha e lhe deitam umas pedrinhas dentro, para que chocalhe” (STADEN, 2014, p.131). Este instrumento era utilizado em rituais sagrados.

cerimonial, o aprisionado passa a receber tratamento pacífico e um relacionamento afável. O prisioneiro, poderia andar livremente, recebia boa alimentação, era até conservado por mais um tempo caso soubesse realizar alguma atividade que o julgassem importante para a comunidade. Por um propósito específico, o capturado, recebia como parte do rito uma mulher, conforme assinala Silva:

As mulheres doadas pela comunidade para os prisioneiros eram as viúvas. Estas não podiam casar-se de novo enquanto o marido morto não fosse vingado. Se o morto era solteiro, o cativo recebia em casamento a irmã, a filha, ou até mesmo uma das mulheres do seu captor. No caso de não haver nenhuma mulher disponível na aldeia, o prisioneiro pedia aos companheiros que cedessem a irmã ou a filha. (SILVA, 2024, p.66).

Ainda, o prisioneiro podia ter relações sexuais com a mulher que lhe foi ofertada e também com qualquer uma das moças solteiras que ele desejasse ter. Aliás, as próprias mulheres preparavam tudo, seja nas pequenas choças, ou nas matas para que se efetivassem o objetivo fim dos encontros eróticos. No entanto, o captor, geralmente era o dono do capturado. Logo, este prestava serviços e “[...] era constrangido a trabalhar na roça e, quando conseguia capturar alguma carne ou peixe, devia entregar os produtos a seu captor” (SILVA, 2024, p.67).

Assim, ao chegar o dia da vingança havia uma cerimônia (ritual antropofágico), uma festa, com danças, cantorias e muita alegria. Toda essa festança poderia durar a madrugada toda, e pela manhã o prisioneiro era acordado ao som de canções e carícias por sua mulher tupinambá. Sem demora, acendiam uma imensa fogueira próximo dele. Ali, amarrado por uma muçurana (espécie de cobra-preta, seu couro era utilizado para amarrar o prisioneiro), tentava se desviar de um golpe letal na cabeça por uma clava das mãos de seu algoz.

Após o golpe final, toda a comunidade reagia “[...] com grandes clamores e comemorações” (SILVA, 2024, p.76). Então, iniciava a prática deste povo. A antropofagia, conforme assinala Silva, era uma prática essencialmente materna, assim quem começava a comer eram as mais velhas. A própria mulher do falecido, após as lágrimas, também comia da carne. “[...] As crianças eram incentivadas a tocar no cadáver e lambuzar as mãos no sangue corrente” (SILVA, 2024, p.77).

De acordo com o professor Jorge Pinheiro dos Santos, o momento em que o indígena comia da carne de um prisioneiro, se via não como um ser humano, mas sim como um Jaguar. Pois, o tupinambá acreditava na metáfora do Jaguar: “[...] O jaguar

come pessoas, come carne, mas nem sempre o tupinambá consegue comer o jaguar” (SANTOS, 2013, p.40).

A antropofagia, era um ritual também praticado entre outros grupos como os guaranis, chiriguanos, guaraius, jurunas, chipaias, apiacás, os oiampis, e, entre os omaguase cocamas há indícios de que tratavam seus prisioneiros de modo semelhante como os tupinambás tratavam os seus (METREAU, 1979, p.134). Portanto, de acordo com os teóricos supracitados, a antropofagia, realmente, era um costume característico dos tupinambás, e relatado por muitos viajantes e aventureiros durante o Brasil colonial. Os franceses também relataram essa prática e a complexa relação entre huguenotes, na França Antártica, e os nativos da Baía de Guanabara rompendo com a consciência pré-posta entre ambos, permitindo “[...] um regime equilibrado de ordem e caos”, essa dinâmica é comum entre os processos complexos (SANTOS, 2013, p.69)

1.3 SOBRE A RELIGIÃO DOS TUPINAMBÁS

A religião dos tupinambás, assim como para muitos dos grupos dos povos originários, está ligada a terra. Os autores Rafael Fernandes Mendes Júnior, e Elizabeth Pissolato, apresentam em um artigo sobre o lugar da religião entre os indígenas, assim eles propõem que

A religião aparece como lugar de reunião de um conjunto extenso de temas, entre os quais: o temor aos mortos, o saber através dos sonhos, as danças e outras práticas de “pajelança”, o agir dos heróis ou deuses e demônios das “lendas”(MENDES; PISSOLATO, 2022, p.119).

No seio da comunidade tupinambá havia a figura do pajé que tinha um papel significativo para o desenvolvimento e manutenção da religião. De acordo com a etimologia, pajé vem da expressão tupi, da palavra *pa'ye*, que remete a ideia de uma personalidade entre a comunidade, responsável por conduzir rituais mágicos de cura, uma espécie de curandeiro, ou benzedeiro. O Dicionário Didático da Língua Portuguesa, define pajé como “[...] feiticeiro a quem se atribui comunicação com os espíritos divinos e poderes sobrenaturais de adivinhação e cura” (RAMOS, 2011, p. 607).

Nessa esteira, ainda, Alfred Metreaux, um antropólogo suíço do século XX, trata sobre a questão da religião tupinambá como sendo algo próprio e um elemento essencialmente inerente à comunidade. Conforme o autor em seu livro “A Religião

dos Tupinambás”, ele ressalta com clareza, a partir de sua análise, que a religião dos tupi-guaranis, é incomparável as demais etnias de “aborígenes”⁹. Acentua, que

da religião dos guaranis, *mauês, jurunas, oiampis, omaguas* etc. só se conhecem fragmentos incapazes de servir para uma síntese. Como semelhantes populações foram destruídas ou assimiladas, suas velhas crenças permanecerão, para todo o sempre, desconhecidas. É, pois, impossível controlar os resultados do estudo feito, em outro domínio, na precedente obra, assim como determinar em que medida a civilização material de uma tribo está em relação com a sua religião; em suma, se os elementos culturais correspondem a outros elementos de ordem religiosa (METREAU, 1979, p.35).

Para ele ainda, “[...] na religião primitiva comum a todos os membros da família típica”, que existia a crença de uma divindade poderosa que criou o universo e “[...] Pai da humanidade” (METREAU, 1979, p. 17). Entretanto, contradiz o relato de Jean de Léry, neste aspecto, pois, argumenta que,

Embora seja aceita universalmente a sentença de Cícero, de que não há povo, por mais bruto, bárbaro ou selvagem que não tenha ideia da existência de Deus, quando considero os nossos tupinambás vejo-me algo embaraçado em lhe dar razão. Pois além de não ter conhecimento algum do verdadeiro Deus, não adoram quaisquer divindades terrestres ou celestes, como os antigos pagãos, nem como os idólatras de hoje, tais os índios do Peru, que, a 500 léguas do Brasil, veneram o sol e a lua (LÉRY, 196, p.163).

Aliás, Jean de Léry observa algumas práticas e costumes destes nativos e ele determina o que é, e o que não é religião. Assim, seria necessário classificar sem as óticas do cristianismo reformado dos missionários franceses. Em certa ocasião, relata o missionário francês, que estava andando pela floresta na companhia de outro francês e um intérprete. Logo, chegaram numa espécie de praça e avistaram um grupo de quase duzentas pessoas, no qual se separaram, homens entraram numa casa, mulheres em outra casa e de igual modo as crianças também se abrigaram numa. De repente saíram os homens com cantorias: “*He, he, he, he*” e na sequência as mulheres, também saíram e com a voz trêmulas repetiam: “*He, he, he, he*”. Léry, descreve que alguns deles entravam em transe. Rolavam no chão, espumavam e saltavam com violência. Acrescenta ele, “[...] por isso não me era possível deixar de acreditar que se tivessem tornado repentinamente possuídas do Diabo” (LÉRY, 1961, p.168).

⁹ Esse é o termo que Alfred Metreaux utiliza em sua pesquisa nesta obra: “A Religião dos Tupinambás”.

Entre cantorias e danças, objetos e bate-pés os tupinambás se destacavam através das especificidades de sua cultura e modo de vida. A religião era mais um desses elementos que dava sentido àquilo que se chama, comunidade.

Ainda, vale dizer que faz parte da religião tupinambá a crença de que em todos os elementos da natureza havia espíritos. Assim, eles agradeciam aos espíritos (geralmente publicamente) por quase todas as atividades, tais como semeadura, colheita, nascimento de uma criança, e honra aos antigos membros (ou ancestrais). A isso denomina-se a animismo, conforme Nurit Bird-David (2019, p.95)

Por fim, é importante concluir que uma das crenças entre este grupo exótico é o que apresenta Staden em seu relato:

Têm a sua crença em um fruto que cresce como uma abóbora e de tamanho de um meio pote. Oco, como é, atravessam-lhe um pau. Fazem-lhe depois um orifício à guisa de boquinha e lhe deitam umas pedrinhas dentro, para que chocalhe. Com isso tangem quando cantam e dançam, e lhe chamam *tammaraka*, cuja forma é como segue: Esse instrumento é só dos homens, e cada um tem o seu. Há entre eles alguns indivíduos a que chamam *paygi*¹⁰ e que são tidos por adivinhos. Estes percorrem uma vez por ano o paístodo, de cabana em cabana, asseverando que têm consigo um espírito que vem de longe, de lugares estranhos, e que lhes deu a virtude de fazer falar todos os *tammarakas* que eles queriam e o poder de alcançar tudo que se lhes pede. Cada qual quer então que esse poder venha para o seu chocalho; faz-se uma grande festa, com bebidas, cantos e adivinhações, e praticam muitas cerimônias singulares. Depois marcam os adivinhos um dia para uma cabana, que mandam evacuar, e nenhuma mulher nem criança pode ficar lá dentro. Ordenam em seguida que cada um pinte o seu *tammaraka* de vermelho, enfeitando com penas, e o mande para eles lhes darem o poder de falar. Dirigem-se então para a cabana. O adivinho toma assento, em lugar elevado, e tem junto de si o *tammaraka* fincado no chão. Os outros então fincam os seus. Dá cada qual os seus presentes ao adivinho, como sejam flechas, penas e penduricalhos para as orelhas, a fim de que o seu *tammaraka* não fique esquecido. Uma vez todos reunidos, toma o adivinho cada *tammaraka*, de per si, e o defuma com uma erva, a que chama *Bittin*¹¹. Leva depois o *tammaraka* à boca; chocalha-o e lhe diz: "*Neekora (nheencoire)*, fala agora e deixa-te ouvir; estás aí dentro?" Depois diz baixo e muito junto uma palavra, que é difícil de se saber se é do chocalho ou se é dele, e todos acreditam que é do chocalho. Na verdade, porém, é do próprio adivinho, e assim faz ele com todos os chocalhos, um após o outro. Cada qual pensa então que o seu chocalho tem grande poder. Os adivinhos exortam-nos depois a que vão para a guerra e apanhem inimigos, porque os espíritos que estão nostammarakastêm gana de comer carne de prisioneiros; e com isso, se decidem ir à guerra (STADEN, 2014, 168;169).

Assim, percebe-se o quanto essa etnia merecia atenção maior antes de entrar efetivamente nas discussões a respeito da própria França Antártica e da introdução

¹⁰ Pajé

¹¹ Tabaco, fumo

dos huguenotes no projeto de Villegagnon. Logo, tanto a antropofagia quanto a religião/crenças foram destacadas a fim de compreender à maneira dos tupinambá, permitindo a reflexão sobre o contexto e ambiente que os franceses encontraram no início da metade dos anos cinquenta do século XVI, especificamente em novembro de 1555 (CRISPIN, 2007, p.10).

2 A COLÔNIA FRANÇA ANTÁRTICA E SUA INSTALAÇÃO

A Baía de Guanabara, atual Rio de Janeiro, há pelo menos quinhentos anos atrás foi alvo de extrema cobiça e disputas entre Portugal e França, tanto é verdade que, de acordo com o historiador Boris Fausto, os franceses não reconheciam os tratados de partilha do mundo daquele momento histórico (FAUSTO, 2009, p.43).

Mas, é necessário voltar um pouco na história. Os franceses, assim como outras nações tinham conhecimento do novo mundo mesmo antes das datas oficiais das ditas “descobertas”, e que a França sabia da foz do Rio Amazonas, conforme assinala Mariz:

Desde o final do século XV, falava-se bastante do Brasil na França, embora ainda não se empregasse o nome atual. Em 1488, o normando Jean Cousin teria descoberto a foz do Amazonas. Poucos anos depois, o armador francês Jean Ango levou do Brasil para a França grande quantidade de madeira de pau-brasil, produtos, animais tropicais e até alguns indígenas. Esses navegadores informavam que os portugueses raramente saíam das suas capitanias e que os tamoios não gostavam de como eram tratados pelos colonos portugueses. Armadores franceses levaram para os portos da Mancha numerosos indígenas brasileiros, tupinambás e tabajaras, e organizaram com eles uma grande festa em Rouen, em 1550, em homenagem ao rei Henrique II, com vistosos torneios e fogos de artifício. (MARIZ, 2001, p.71).

Desde o início da década de 1550 já havia uma grande discussão na França a respeito de se iniciar um projeto de exploração nas terras brasílicas, e um nome muito forte para atender a demanda dos comerciantes e exploradores franceses era o do almirante Nicolas Durand Villegagnon (MARIZ, 2001, p.73).

A França e Portugal até esse momento tinham uma relação diplomática e, em certa medida, um respeito mútuo. Contudo, a inauguração de uma colônia francesa no Brasil representaria instabilidade da armada portuguesa (MELLO, 1996, p.73).

Sobre as motivações a respeito da navegação ao Brasil, o conhecido frade André Thevet subscreve em seu relato na famosa obra *Singularidades da França Antártica*:

A principal causa de minha viagem às Índias Americanas deve-se ao seguinte fato: o generoso Senhor de Villegagnon, Cavaleiro de Malta, homem tão consumado quanto é possível sê-lo em assuntos da marinha e em outras virtudes, assim que recebeu, após madura deliberação, as ordens reais, solicitou-me insistentemente auxílio para a execução de sua empresa, estando, para isso, autorizado pelo rei meu senhor e príncipe (a quem devo inteira honra e obediência), – visto estar bem informado de minha viagem ao Levante e do concurso que eu poderia dar ao empreendimento. Pelo que, de bom grado, acordei em tomar parte na viagem, tanto por desejar satisfazer,

dentro de minhas possibilidades, à vontade real, como por causa da empresa, embora laboriosa, mas honesta (THÉVET, 2018, p.62; 63).

Assim, os franceses colonos que vieram, tinham em sua concepção a legitimidade para explorar, exportar matéria prima e fazer comércio nestas terras virgens do Brasil.

2.1 O ESTABELECIMENTO DA COLÔNIA NA BAÍA DE GUANABARA

A França Antártica foi uma colônia francesa, criada e desenvolvida no século XVI, mais precisamente entre os anos de 1555 e 1560, na Baía de Guanabara, atual Rio de Janeiro, (SANTOS, 2013, p.17). Essa colônia trouxe muita ameaça para os portugueses mediante as disputas do território brasileiro, pois os colonos franceses também tiveram a brilhante ideia à época de realizar atividade de exploração do pau-brasil, conforme sinaliza Boris Fausto:

Mas a maior ameaça à posse do Brasil por Portugal não veio dos espanhóis e sim dos franceses. A França não reconhecia os tratados de partilha do mundo, sustentando o princípio de que era possuidor de uma área quem efetivamente a ocupasse. Os franceses entraram no comércio de pau-brasil e praticaram a pirataria, ao longo de uma costa demasiado extensa para que pudesse ser guarnecida pelas patrulhas portuguesas. Em momentos diversos, iriam mais tarde estabelecer-se no Rio de Janeiro (1555-1560) e no Maranhão (1612-1615) (FAUSTO, 2009, p.43).

Embora, os franceses tivessem tentado realizar inúmeras incursões sem sucesso entre os anos de 1530 e 1540, somente em 10 de novembro de 1555 é que adentraram na Baía de Guanabara (LOPEZ, 2001, p.99) e se fixaram.

Mariz, sinaliza algumas dessas incursões como por exemplo: em 1531 visitaram a costa brasileira; no ano de 1533 quatro navios de Guillaume d'Agincort e Simon Huet embarcaram pau-brasil; em 1540 nove naus partiram para o Brasil; no ano de 1541, ainda, estima-se que oitocentos homens, abordo de naus corsárias, transitavam entre Venezuela e o Brasil; o autor também apresenta que Jean Bellanger de Bisserets partiu em missão secreta para o novo mundo e, na ocasião, levou "[...] madeira e folhas de uma santa palmeira para curar o rei de doenças contraídas na Itália"; e, por fim, descreve que no ano de 1546 vinte e oito navios franceses são perseguidos por portugueses, que neste encalço empreenderam três naus dos franceses (MARIZ, 2015, p.35).

Logo, a investida de se obter uma colônia francesa no Brasil era real e iminente naquele momento histórico, assim,

Na manhã do 12 de julho de 1555, a pequena armada patrocinada pelo rei Henrique II ultimou os preparativos para zarpar do porto de Havre. Eram três naus, uma contendo provisões e outras duas carregadas com peças de artilharia e materiais para a construção de uma fortaleza no Novo Mundo. Antes de partir, os marinheiros normandos lançam peças de dinheiro ao mar à maneira de voto ou oferenda, acreditando assim apaziguar os deuses das profundezas e as divindades do vento. Navegavam em direção ao mar aberto, totalmente à mercê dos ventos e das ondas, mas não conseguem varar as tempestades. O tempo adverso faz com que retornem à terra para efetuar reparos (LOPEZ, 2001, p.97).

Fica evidente, de acordo com o fragmento supracitado da autora Adriana Lopez, que além do zarpe frustrado dos franceses, existiam elementos de credices e superstições destes. Por acharem uma viagem incerta e perigosa muitos desistem (LOPEZ, 2001, p.98). Contudo, ao que parece, Villegagnon e os franceses estariam decididos em seus intentos em vir e instalar a colônia, já que não havia nenhuma “[...] resistência do rei Henrique II, nem do principal ministro, Coligny, [...]” (MARIZ, 2001, p.76).

Aliás, a respeito do assunto, o próprio autor Vasco Mariz, aprofunda sua pesquisa, ao publicar um livro, em 2015, por nome *Os franceses na Guanabara: Villegagnon e a França Antártica*, neste ele amplia e revê a sua primeira obra publicada em 2001, denominada de *Villegagnon e a França Antártica: Uma reavaliação*. Logo, apresenta:

Curioso é que, ainda em 1555, quando o rei Henrique II encarregou Villegagnon da missão de fundar uma base militar e comercial na Guanabara, foi vago ao definir o verdadeiro caráter da expedição como ato oficial do governo francês. Tantos anos depois, ele não quis afrontar diretamente a decisão papal de 1494 (MARIZ, 2015, p.86)

Passados pelo menos um pouco mais de um mês, após as três naus “[...] se refugiarem no porto de Dieppe”, a armada chefiada por Nicolas Durand de Villegagnon parte novamente dia 14 de agosto (LOPEZ, 2001, p.98).

Embora, tenham avistado o litoral das índias americanas no dia 31 de outubro de 1555, e “[...] foram navegando pela costa até encontrarem o Cabo Frio no dia 3 de novembro e lá aportarem” (SILVA, 2024, p. 390), somente adentram à Baía de Guanabara no dia 10 de novembro do mesmo ano (LOPEZ, 2001, p.99).

Sobre a tripulação, tanto o pesquisador Carl Egbert H. Vieira de Mello, quanto o pesquisador e ex-embaixador Vasco Mariz, afirmam que as pessoas que embarcaram e vieram para essas terras era gente diversa, e que muitos deles advinham das prisões:

As três naus destinadas a fundar a França Antártica traziam um heterogêneo contingente de colonos do qual faziam parte gentis homens, artifices, soldados e cerca de seiscentos homens, muitos deles recrutados à força nas prisões de Rouen e Paris (LOPEZ, 2001, p.98).

Apesar de todos esses atrativos, que os arautos apregoavam de porta em porta pelas vilas e cidades, poucos foram os cidadãos franceses que se dispuseram a empreender essa aventureira viagem ao novo mundo. O recrutamento foi árduo e malconduzido por Villegagnon, que acabou se suprindo da escória social disponível nas enxovias de Rouen e Paris. Foi essa casta de gente, acrescida de um corpo de mercenários, cujo temperamento pouco se diferenciava do dos condenados as galês, de que se compôs a maioria dos trezentos imigrantes trazidos na primeira leva por Villegagnon. (MELLO, 1996, p. 63).

Mesmo assim, conforme Silva, havia enorme expectativas para a fundação da “nova França”, pois naquele momento a França estava em guerra contra a Inglaterra, Espanha, e ao mesmo tempo contra o Sacro Império Romano-Germânico e além dos conflitos religiosos e sociais em seu próprio território, “[...] que em poucos anos acabariam em banho de sangue e guerra civil” (SILVA, 2024, p. 388).

Todavia, assim que a esquadra ancorou, os franceses foram recebidos pelos nativos, ao som de uma cantoria e “sinais de júbilo”, e os saudavam com repetindo a expressão “*karaiubê* que significa ‘salve’ ou ‘sejam bem-vindos’” (THÉVET, 2019, p. 161).

André Thévet, um frade francês da época, pertencente a Ordem dos Franciscanos, e famoso por suas viagens e expedições, veio para o Brasil antes de Villegagnon e depois retornou juntamente com ele para contribuir, através de sua experiência, com o empreendimento da mais nova Colônia francesa¹². Conforme aponta Mariz, a experiência de Thévet “[...] foi de considerável valia para a preparação da viagem e escolha da rota de navegação” (MARIZ, 2015, p.98).

Mas, infelizmente, André Thévet teve que retornar a França em 14 de fevereiro de 1556 devido a uma terrível doença (MARIZ, 2015, p.99).

Curiosamente, havia vários interpretes na região, pois nestas terras “[...] viviam vários normandos desertores de outras viagens que habitavam com os índios e já eram fluentes na língua dos tupinambás” (MARIZ, 2015, p.101).

¹² De acordo com a nota de rodapé elaborada pelo profº Estevão Pinto, na página 358, do livro *SINGULARIDADES DA FRANÇA ANTÁRTICA, A QUE OS OUTROS CHAMAM DE AMÉRICA*, André Thévet, possivelmente realizou duas viagens para o Brasil. (THEVET, 2018, p. 358).

Os franceses realmente se estabelecem e tinham o objetivo de se fixarem (SILVA, 2024, p.392). Com a finalidade de controlar a entrada na baía e assegurar o distanciamento dos portugueses os colonos trabalham duro para construir um forte, chamado de Forte Coligny em “[...] homenagem ao maior impulsionador da expedição, o almirante Gaspar de Coligny” (SILVA, 2024, p.393).

Assim, seguiam os colonos na expedição:

Guiados sempre pelo mesmo chefe, procederam os franceses a um cuidadoso reconhecimento da região do Cabo Frio, chegando à conclusão de que não havia nela água doce senão bem distante. Pelo que ficou resolvido, com pesar geral, que, não obstante a amenidade do clima, era inconveniente o estabelecimento da expedição nesse lugar, ou a permanência nele por mais tempo (THÉVET, 2019, p. 164).

Não havendo vantagem em permanecer no Cabo Frio, pelas razões já atrás mencionadas, a expedição tratou logo de deixar o lugar, velejando com os navios para outras regiões. Embora isso fosse feito com o pesar dos índios, esperançosos de maior permanência e aliança, pois assim lhes deram a entender os franceses, quando lá chegaram. De modo que navegamos por espaço de quatro dias, até quando, a 10 do mês 1, foi encontrado esse grande rio, chamado de Guanabara pelos do lugar (por ser semelhante a um lago²), ou de rio Janeiro, pelos que primeiro o descobriram. O rio da Guanabara dista do Cabo Frio cerca de trinta léguas. Fortes ventos contrários retardaram a viagem (THÉVET, 2019, p. 168;169).

Ainda de acordo com a fonte primária, obra de André Thévet, após pelo menos dois meses de desbravamentos, de encontros com nativos, e de exploração de “ilhas e terra firme, batizou-se a terra, assim descoberta, com o nome de França Antártica” (THÉVET, 2019, p. 171). Houve, então, aproximação e tolerável convivência entre franceses e tupinambás na Baía de Guanabara, estabelecida por meio de trocas, coleguismo e principalmente ajuda mútua na proteção e combate contra portugueses em defesa do espaço (MELLO, 1996, p. 73;74).

2.2 PROBLEMAS ENFRENTADOS NA COLÔNIA

Com o passar do tempo, no decurso do desenvolvimento da colônia, foram surgindo alguns desafios e conflitos para o almirante (e administrador da colônia) Villegagnon mediar, pois, os que aqui chegaram eram, em quase sua totalidade, “[...] homens de difícil enquadramento social, avessos à disciplina e moral do calvinismo e mesmo aos mandamentos de Deus [...]” (MELLO, 1996, p.63). Todavia, conforme Jean Crespin, os problemas foram aparecendo devido ao temperamento agressivo do próprio Villegagnon e do caráter de muitos dos colonos (CRESPIN, 2007, p.10).

Ainda, é necessário ressaltar a observação de Mariz, que estes homens fundadores da França Antártica, “[...] embora fossem hábeis artesãos ou operários eficientes, eram indisciplinados, indolentes e de mal caráter” (MARIZ, 2015, p.104).

Além disso, havia tamanha promiscuidade reinante na colônia, aliás, mesmo antes da chegada dos franceses, “[...] os intérpretes normandos abusavam das raparigas em muitas aldeias, mas nem por isso elas ficavam difamadas [...]” (LÉRY, 1961, p.178).

Nessa esteira, sinaliza o pastor e professor Jorge Pinheiro dos Santos:

A França Antártica, a princípio, foi tolerante com os costumes dos brasis e as opções dos colonos, mas, com o tempo, Villegagnon percebeu que estava a perder seus homens. Estes passaram a ter companheiras tupinambás, a viver nas aldeias e adotavam a cultura dos brasis. Foi, então, que Villegagnon, por razões militares e de ocupação de território, proibiu todo comércio com os brasis, os acasalamentos e exigiu que seus colonos abandonassem as aldeias e voltassem ao forte. Ora, exigência quase impossível de ser respeitada, afinal aqueles homens tinham sido libertos das prisões franceses com a proposta de viajar para um novo mundo de aventuras inimagináveis (SANTOS, 2013, p.36).

Nesse momento, surgem algumas insurreições no seio da colônia. Aparentemente, o descontrole começa a predominar:

Segundo Lestringant, a rebelião eclodiu no início de fevereiro de 1556, apenas três meses após a chegada de Villegagnon à baía de Guanabara. Ela foi liderada por um normando, que tinha sido obrigado a abandonar sua mulher brasil por não ter se casado formalmente com ela. A disciplina rigorosa imposta às tropas de mercenários, ex-condenados e aventureiros, que formaram a maior parte da colônia, aliado a comida ruim, ao trabalho pesado de terraplanagem da ilha e à proibição, sob da pena de morte, de envolverem-se com as brasis que cruzavam nuas em canoas as águas limítrofes ao forte, levaram à conspiração contra Villegagnon (LESTRINGANT *apud* SANTOS, 2013, p.36).

Muitos eram, então, os infortúnios que Villegagnon enfrentou. As baixas de homens na colônia agravaram os problemas conforme Vasco Mariz:

Aí Villegagnon reagiu mal: em vez de estabelecer algumas limitações a esse comércio amoroso, ou até de ele fechar os olhos, decidiu exigir o casamento dos franceses com as índias, perante o notário da expedição. Lembramos que o cavaleiro de Malta era um religioso intransigente, ele mesmo rigorosamente casto, e não podia conformar-se com a ideia do sexo fora do casamento. Ora naquelas condições especialíssimas, não era realista exigir o sacramento do matrimônio àqueles homens rudes e turbulentos com suas amantes índias. É claro que se algum deles decidisse regressar à França, seria improvável levar a esposa indígena e seus eventuais filhos. O resultado foi que muitos franceses fugiram para a floresta e foram viver com os indígenas. Perdeu assim o almirante alguns valiosos colaboradores como consequência de sua excessiva inflexibilidade religiosa. Alguns casaram-se de mau grado, outros rebelaram-se, sendo por isso punidos e até ameaçados de morte. A interdição era severa demais, mas a verdade é que os

protestantes deram apoio a Villegagnon em sua exigência descabida. Era a mentalidade da época. Cresceram, portanto, o descontentamento e a desilusão com a falta de perspectiva de melhoria de vida na colônia, a disciplina tornava-se cada vez mais difícil de manter e muitos franceses aproveitaram a visita de navios mercantes para regressarem a seu país (MARIZ, 2015, p.106).

E, como se não bastasse tantos reveses contra o empreendimento da França Antártica, Villegagnon proíbe os tupinambás de comerem seus inimigos, resultando em “[...] ásperas discussões com seu amigo Cunhambebe”, o chefe indígena (MARIZ, 2015, p.107).

Contudo, ainda conforme Mariz:

[...] se Villegagnon tivesse sido mais conciliador com as aventuras amorosas dos franceses e com a prática de antropofagia pelos tupinambás, certamente a atmosfera da França Antártica estaria muito melhor ao fim do primeiro ano de instalação da colônia. Entretanto, após poucos meses na Guanabara, Villegagnon já reconhecia a precariedade de sustentação do empreendimento que propusera ao rei Henrique II. Ele necessitava e solicitou três a quatro mil soldados profissionais, bem treinados e disciplinados, centenas de mulheres para se casarem aqui e operários especializados para construir uma verdadeira cidade, já que Henriville era apenas um esboço de comunidade. Era imprescindível montar uma sólida base naval capaz de resistir a uma investida portuguesa e dar efetiva cobertura logística e militar aos numerosos navios franceses, que agora chegavam e partiam com regularidade, carregados de mercadorias (MARIZ, 2015, p.107).

Resumidamente, houve erros, equívocos, falta de experiência, saber e de estratégias (da França) por parte de Villegagnon e do conselho que com ele estava no processo de implantação da colônia. Sobre isso percebemos que Mariz, mais uma vez apresenta sua análise:

Villegagnon tinha ótimo preparo intelectual, excelente experiência militar e diplomática, valentia e firmeza de propósitos, mas a França na época estava engatinhando em matéria de implantação colonial. A França Antártica foi a primeira tentativa de instalação de um núcleo permanente em terras de clima tão diferente e hostil. Viajaram na expedição apenas uma meia dúzia de mulheres casadas com tripulantes, quando deveriam ter sido recrutadas, a princípio, pelo menos, uma centena de moças. Mas a lição foi aprendida e já no século XVIII, ao ser instalada a colônia de Lousiana, na América do Norte, os organizadores arrebanharam todas as mulheres de má vida disponíveis na França e as levaram à força para Nova Orleans. Manon Lescaut foi uma delas. [...] Villegagnon não previu gravidade do problema sexual e suas consequências. Ao levar cerca de seiscentos jovens franceses para a Guanabara, era evidente que eles avançariam sobre as moças indígenas, aliás muito receptivas. Barré chamou-as de “cadelas”. Se isso não tivesse ocorrido, os franceses poderiam acabar no homossexualismo, o que seria ainda mais grave na ótica da fé cristã. Errou o ilustre *provinois* por não ter previsto o problema e errou uma segunda vez ao tentar impor o casamento à força àqueles que viviam em regime marital com as índias. Sua intransigência religiosa impedia qualquer concessão ou solução intermediária ou provisória. Afinal de contas, os filhos desses casais é que constituiriam a população do novo país que ele pretendia fundar. Nesse ponto, os portugueses foram bem mais hábeis e se miscigenaram facilmente (MARIZ, 2015, p.109; 110).

Mediante a todas essas adversidades e frustrações, “[...] Villegagnon teve a ideia de escrever a Calvino e à Igreja Reformada de Genebra solicitando o envio de pastores e colonos protestantes” (CRISPIN, 2007, p.10). Conforme Vasco Mariz, a “[...] famosa carta de 31 de março de 1557, cujo teor reflete bem as graves dificuldades que o afligiam” (MARIZ, 2015, p.107), e conseqüentemente “[...] os líderes reformados de Genebra atenderam prontamente a solicitação, escolhendo dois ministros (Pierre Richier e GuillaumeChartier) (CRISPIN, 2007, p.11). Embora, há discussões (da época) de que Villegagnon não enviou carta à João Calvino solicitando pastores calvinistas (MARIZ, 2001, p.106), mas essa questão será abordada no próximo capítulo.

A comitiva dos missionários protestantes era composta por 14 huguenotes (CRISPIN, 2007, p.11). Jean de Léry, estava entre estes missionários.

Lilia Moritz Schwarcz, renomada historiadora e antropóloga, confirma que Jean de Léry, um dos missionários que compunha o grupo de ministros era, na época, sapateiro e estudante de teologia em Genebra, tinha um olhar e leitura diferente a respeito dos nativos, valorizando a cultura do outro, permitindo assim, o acesso estratégico para comunicação (SCHWARCZ, 2018, p.37).

Portanto, é importante observar este momento histórico, inclusive os acertos e reveses de acordo com a perspectiva de Jean de Léry, pois era o cronista da expedição religiosa.

No dia 10 de setembro de 1556, de Genebra, zarparam, “[...] abençoados e instruídos pessoalmente por Calvino, [...] sonhando em estabelecer no Rio de Janeiro a liberdade religiosa que eles não tinham na Europa” (SILVA, 2024, p.403).

3 JEAN DE LÉRY E OS MISSIONÁRIOS HUGUENOTES NA BAÍA DE GUANABARA

Jean de Léry nasceu na comuna de *La Margelle*, no departamento de *Côte-d'Or*, na região da *Borgonha-Franco-Condado*, na França, em 1534. De acordo com Santos, devido as perseguições do momento, o jovem se refugiou em Genebra (SANTOS, 2013, p.50).

Léry, em Genebra, era um jovem que exercia a profissão de sapateiro e estudante de teologia (CRISPIN, 2007, p.11), e fez parte do grupo missionário enviada por João Calvino ao Brasil (SANTOS, 2013, p.50).

O jovem protestante e discípulo de Calvino se tornou símbolo para análise dentro desta temática deste trabalho. Pois, relatou inúmeros elementos da cultura dos tupinambás e da flora e fauna daquela região da Guanabara. Por exemplo, Metreaux recorre a Léry como base para argumentar seu raciocínio a respeito dos gritos e histerias dos nativos (METREAU, 1979, p.47). Michel de Certeau, historiador francês do século XX, pertencente a terceira geração da *Annales d'histoire économique et sociale* (Escola dos Annales), apresenta Léry para afirmar a importância de olhar para o espaço do outro na obra "A Escrita da História" (CERTEAU, 1982, p.189). Entre tantos outros pesquisadores que utilizaram e ainda usam, faz necessário ressaltar aqui a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, para argumentar sobre a importância de Jean de Léry e seu testemunho aqui no Brasil e na França na famosa noite de São Bartolomeu¹³ (SCHWARCZ, 2018, p.39).

Sobre os protestantes franceses, conhecidos como huguenotes, o pastor e professor, Franklin Ferreira, esclarece como se iniciou e espalhou o movimento que originou esse movimento cristão protestante huguenote:

Neste tempo os protestantes franceses começaram a ser chamados de huguenotes, uma palavra de origem obscura, que começou a ser usada como título honorífico, pelos mesmos. A fé reformada, semeada inicialmente pelo testemunho e martírio de muitos, espalhou-se entre o povo, e se manifestou na teologia e na filosofia, nas ciências e nas artes, na cidade e no campo, na vida familiar e profissional e até mesmo na política. Esta mesma fé se fez presente em todas as classes sociais, camponeses e nobres, burgueses e artistas. Desta forma contava, já nesta época, entre os protestantes

¹³ O massacre da Noite de São Bartolomeu foi uma verdadeira carnificina ocorrida nas ruas da cidade de Paris, na França, exatamente no dia 24 de agosto de 1572, durante o reinado dos reis de orientação religiosa católica. A pesquisadora Lilia Moritz Schwarcz cita esse evento (SCHWARCZ, 2018, p.39).

franceses, Margarida de Angouleme, irmã de Francisco I e esposa de Henrique, rei de Navarra. Conquanto nunca tenha feito uma pública profissão de fé, abrigou em sua corte vários reformadores em busca de refúgio, entre eles, Farel. As perseguições se tornaram ainda mais severas quando, em 24 de julho de 1539, Francisco I as reforçou, promulgando um édito, mas o rei veio a falecer em 1547. Sucedeu-o Henrique II, que continuou as perseguições, mas as conversões só aumentavam. Entretanto, até 1555, não haviam igrejas reformadas organizadas na França. Foi neste ano, em 12 de julho de 1555, que a expedição de Villegagnon saiu do Havre, com 600 pessoas. A igreja de Paris foi organizada em setembro de 1555. Este foi um período de sementeira, pois as congregações se reuniam em assembleias clandestinas. Nestas igrejas clandestinas, os novos crentes reformados encontravam-se para ler as Escrituras, orar e cantar Salmos, utilizando-se de qualquer pregador que estivesse em trânsito. [...]. Tal situação foi uma das características da Igreja Reformada Francesa. Conquanto tenha recebido grande apoio de Genebra, foram poucos os clérigos franceses que se converteram à fé reformada. Por isto, um número muito maior de homens, de praticamente todas as atividades, exerceu “ministérios secretos” naqueles dias. A congregação de Paris, por exemplo, em 1540, escolheu como seu pregador Claude Le Peintre, um ourives viajante, que passou cerca de três anos em Genebra. Depois foi queimado na estaca. A congregação de Meaux escolheu um cardador, em 1546.¹⁸ De Genebra provinham principalmente as Institutas de Religião Cristã, escritos catequéticos, litúrgicos e polêmicos. Vários colportores foram queimados por espalharem as Escrituras em língua francesa, folhetos e livros de cânticos. Jean Crespin em seu Martiriologia ou Livro de Mártires, completado com acréscimos, em 1619, pelo pastor Simon Goulart, conta a história de 789 martírios e menciona o nome de outros 2120 protestantes sentenciados à morte ou assassinados (FERREIRA, 2000, p.5).

Acrescenta, Ferreira, ainda, de maneira sucinta, como este grupo se organizou e se desenvolveu, até criando meios de manutenção e expansão de congregações por vários lugares da França, como segue abaixo:

De 26 a 28 de maio de 1559 reuniu-se secretamente em Paris o primeiro Sínodo Nacional das Igrejas Reformadas, para “estabelecerem um acordo na doutrina e na disciplina, em conformidade com a Palavra de Deus”, segundo Theodore de Beza.²⁰ Um pastor parisiense, François de Morel, presidiu este Sínodo, que reuniu representantes de sessenta das cem igrejas que existiam na França. O crescimento havia sido notável, pois em 1555 havia somente cinco igrejas organizadas: Paris, Meaux, Angers, Poitiers e Loudon. Segundo Pierre Courthial, “não há dúvida de que se o flagelo das guerras religiosas não tivesse atingido o país, a França teria tornado predominantemente protestante”.²¹ Este Sínodo adotou uma confissão de fé e uma norma de disciplina, ambos influenciados pelos ensinamentos de Calvino. Os huguenotes chegaram a ter duas mil e quinhentas congregações em 1562 (FERREIRA, 2000, p.5;6).

Portanto, os calvinistas franceses eram conhecidos como huguenotes (SILVA, 2023, p.11). Logo, em pouco tempo, na mesma velocidade do franco crescimento da reforma protestante na Alemanha e Inglaterra, assim se deu na França, “[...] os huguenotes tornaram-se poderosos e bem-organizados que formaram um reino dentro de um reino” (CAIRNS apud FERREIRA, 2000, p.6).

Os huguenotes alcançaram, classes sociais abastadas na sociedade francesa, “[...] tendo atuação nas cidades, entre os artesãos, comerciantes e fazendeiros, mas também adeptos que faziam parte da aristocracia francesa, como o almirante Gaspar Coligny, o rei de Navarra e seu irmão, o príncipe de *Condé*” (SILVA, 2023, p.12).

Assim, pesquisadores e autores como Silva e o próprio Crespín apresentam Léry como um dos 14 cristãos reformados (huguenotes) que vieram para o Brasil com o propósito de iniciar um trabalho ou missão evangelística no seio da Baía de Guanabara (SILVA, 2023, p. 23) (CRESPIN, 2007, p.11).

O próprio Léry cita os nomes dos missionários:

“[...] se apresentaram para acompanhar Du Pont, Pedro Richier e Guilherme Chartier. Foram esses: Pedro Bourdon, Mateus Verneuil, João de Bordel, André Lafon, Nicolau Denis, João Gardien, Martin David, Nicolau Raviquet, Nicolau Carneau, Jacques Rousseau e eu, João de Léry que tanto pela vontade de Deus como por curiosidade de ver o mundo fiz parte da comitiva” (LÉRY, 1961, p.42).

Logo, neste terceiro capítulo, será apresentado a chegada e o desenvolvimento das primeiras reuniões e cultos públicos entre os colonos. Além, de mostrar a questão da defesa dos missionários mediante as acusações de Villegagnon contra o projeto evangelístico, e os meandros que envolveram os entraves referente a Santa Ceia e o Batismo. A proposta é uma breve análise.

3.1 BATISMO E SANTA CEIA: OS CONFLITOS E EMBATES QUE RESULTARAM NA CONFISSÃO DE FÉ DA GUANABARA (1558)

A Confissão de fé da Guanabara, na realidade, foi um documento produzido no ano de 1558, pelas mãos dos missionários Jean de Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon e André La Fon, em virtude das discórdias, divergências teológicas e doutrinárias, perseguições e condenação à sentença de morte (CRESPIN, 2007, p.13).

Mas, tudo inicia com a chegada dos missionários. Há uma expectativa enorme em recebê-los, pois como já mencionado anteriormente, estes homens religiosos contribuiriam no processo de transformação dos colonos com desvios de conduta e de indígenas com costumes exóticos de comer outro ser humano (SANTOS, 2013, p 46).

Assim, partiram de Genebra no dia 16 de setembro de 1556 (LÉRY, 1961, p.42), e os viajantes entraram na Baía de Guanabara em um domingo, no dia 7 de março de 1557, contudo, desembarcando na França Antártica no dia 10, numa quarta-feira (CRESPIN, 2007, p.13).

Assim que chegaram, foram “[...] recebidos por Villegagnon e os demais com grandes demonstrações de regozijo” (CRESPIN, 2007, p.33). Certamente, havia enorme influência Calvinista no modo de pensar, e no comportamento deles, pois “[...] os ministros apresentaram as suas credenciais assinadas por J. Calvino e que outrossim, davam testemunho a respeito dos outros na companhia” (CRESPIN, 2007, p.33).

Richier, escreveu a Calvino que “[...] o fundador do Forte Coligny os recebeu como um pai que acolhe os seus filhos ou a irmãos menores” (MARIZ, 2001, p.104).

Conforme Crespín, após o desembarque, se reuniram numa sala na ilha, e os huguenotes celebraram ali o primeiro culto protestante no Brasil, e por que não do Novo Mundo (CRESPIN, 2007, p.11).

A celebração desse culto foi ministrada por Pierre Richier, o ministro, que conduziu a oração, em seguida cantou o Salmo de número 5, “[...] que fazia parte do Saltério Huguenote” (CRESPIN, 2007, p.11). Depois, o ministro explicou o Salmo de número 27, versículo 4. Ainda, “[...] após o culto, os recém-chegados tiveram a sua primeira refeição brasileira: farinha de mandioca, peixe moqueado, e raízes assadas no borralho. Dormiram em redes, à maneira indígena” (CRESPIN, 2007, p.11).

Aparentemente, tudo estava transcorrendo razoavelmente bem para os missionários mediante os colonos e indígenas. Na ocasião,

Por ordem de Villegagnon, passaram a se realizar preces públicas noturnas após o trabalho diário, devendo os pastores pregar diariamente e duas vezes aos domingos. O sacramento da Santa Ceia, segundo o rito reformado, foi oficiado pela primeira vez num domingo, 21 de março de 1557 (CRESPIN, 2007, p.11).

Mas, o ambiente que parecia ser acolhedor e quisto se transformou rapidamente em animosidade. Um conjunto de elementos, alguns simultâneos, passaram a ocorrer na colônia que corroboraram para um ambiente hostil aos missionários, como afirma Mariz a seguir:

A 27 de março, isto é, um mês após a chegada dos calvinistas, ocorreu a Páscoa e aí surgiu o primeiro enfrentamento. Os pastores estavam

preocupados quanto ao possível comportamento de Villegagnon que tinha uma fé inabalável na eucaristia. Mas quem criou o primeiro incidente não foi o vice-rei e sim Jean Cointac, que viera com os protestantes. Ele era um luterano, estudante da Sorbonne, que daria algum trabalho às duas partes que entrariam em conflito. Jean de Léry relata [...] uma cena que parece inverossímil: Villegagnon teria feito duas orações diante de todos, de joelhos, e proferido palavras que deixavam entender que ele aderiria ao calvinismo. Léry afirma haver obtido cópia do que ele disse, mas seu livro só foi publicado em 1578, portanto cerca de vinte anos depois do ocorrido. Peillard não consegue compreender (e nós também) como Villegagnon, somente para agradar a um punhado de calvinistas, iria alienar os seus fiéis: gentis-homens, capitães de navios, soldados, marinheiros, e os escoceses, todos católicos. Heulhard comentou que, apesar de tudo, as palavras de Villegagnon, pretensamente recolhidas por Léry, não são comprometedoras. “Foram duas invocações com considerações teológicas bastante nebulosas, onde faltam precisamente os traços principais da religião calvinista”. Tanto mais que no dia seguinte quem mais contestava o princípio da ceia reformada eram o próprio Villegagnon e Cointac. [...] Villegagnon não era uma ventoinha que girava na direção para onde soprava o vento. (MARIZ, 2001, p.105).

Logo, após o constrangimento, Villegagnon tinha um comportamento que como quem seguia o calvinismo (MARIZ, 2001, p.106). Mariz, também afirma que o almirante escreveu apenas uma única carta a Calvino e não consta nela pedido para o envio de pastores huguenotes. “[...] a carta de 31 de março de 1557 está nos arquivos da cidade de Genebra [...] trata-se de uma carta de um colega de escola a um condiscípulo amigo” (MARIZ, 2001, p.106). Portanto, parece inconcebível a ideia que Villegagnon tivesse solicitado a vinda de calvinistas.

Para Crespín, Villegagnon passa a mudar de opinião face aos missionários (CRESPIN, 2007, p.11).

Nesse sentido, acrescenta Mariz:

A 9 de abril de 1557, aconteceram dois casamentos, que foram celebrados no rito calvinista. Dois empregados de Villegagnon casaram-se com duas moças que viajaram com os protestantes. Na sua *Réponseauxremontrances de la Reine mère*, de 1560, Villegagnon comentava que a grande surpresa dos tupinambás com os casamentos era que as mulheres estavam vestidas, mas acrescentou que “a faísca da guerra religião já estava acesa no fundo das almas e ninguém compreendia Deus da mesma maneira”. Dos quinze calvinistas que vieram de Genebra e Lausanne, poucos se entendiam bem. Havia, divergências ínfimas de pormenores e o vice-rei pôde identificar nada menos de sete seitas ou opiniões diferentes. “Cada qual defendia cabeçudamente suas opiniões”. Julgava ele que o próprio Richier estava às vezes com contradição com Calvino. Alguns dos novos imigrantes sustentavam a legitimidade do divórcio, ao que Villegagnon se opunha. Muitos deles vieram para o Brasil na esperança de poder casar-se novamente (MARIZ, 2001, p.107).

Realmente, a percepção que se tem, é que inicia uma série de situações constrangedoras que colocam em risco o bom relacionamento das pessoas da colônia. São, na realidade diversos entraves. E, neste momento, as convicções

teológicas de cada um começam a aflorar, e ao mesmo tempo serem mais importantes que a cordialidade e a gentileza. Os embates doutrinários e teológicos são os principais motivos que resultaram em um posicionamento diferente de Villegagnon mediante ao que ele tinha quando recebeu os missionários (CRESPIN, 2007, p.11).

Aconteceu que, além de tudo do que já foi apresentado anteriormente, chegou o dia de celebrar a Santa Ceia, que foi decidido por Conselho que seria uma por mês, Cointac, que era luterano, que “[...] pretendia a superintendência do Episcopado, alegando que o lugar lhe fora prometido na França” (CRESPIN, 2007, p.34), questionou que liturgia deveria ser observada, e onde estariam as vestes sacerdotais e os vasos sagrados, além de argumentar que neste sacramento, não poderia o pão sem fermento e do vinho misturado com água, pois assim, segundo Cointac, fora praticado por Justino Mártir, Irineu, e Tertuliano (CRESPIN, 2007, p.34). Contudo, os ministros huguenotes responderam dizendo não havia apoio nas Escrituras para tal inovação, e que a igreja deveria manter apenas o que Cristo ensinou (*Ibid.*, 2007, p.35). Havendo assim, embates na distribuição da Santa Ceia.

Os pastores e a maioria da assembleia não concordavam que essa prática fosse obrigatória e entenderam que não deviam mesmo admiti-la para evitar que tal superstição ocasionasse, no futuro, sérias perturbações à Igreja, tanto mais quanto Villegagnon e Cointac haviam asseverado que o pão, depois de pronunciadas as palavras de consagração pelo ministro, era santo e que, conseqüentemente, qualquer parte que do mesmo sobejasse devia ser preciosamente conservada como relíquia sagrada [...] Ora, Villegagnon e Cointac, à vista da oposição dos ministros sobre esse ponto, e sabendo que não podiam constrangê-los a confessarem que era necessário e dependente do sacramento a adição de água ao vinho, ordenaram secretamente ao dispenseiro que fizesse tal mistura numa proporção razoável (CRESPIN, 2007, p.35).

Com isso “[...] Villegaignon, junto com Cointac, deu ordens de misturar água ao vinho, e seguir o rito católico [...], ele publicamente denunciou a teologia reformada”, e o considerou uma teologia herética (FERREIRA, 2000, p.12).

Ademais, houve embates, também com relação ao Santo Batismo. Emborasendo sacramento como atesta o documento de defesa que se tornou a Confissão de Fé de Guanabara no artigo IX¹⁴, os calvinistas não interpretavam como

¹⁴O Artigo IX da Confissão de Fé de Guanabara (1558) diz: “Cremos que o batismo é sacramento de penitência, e como uma entrada na igreja de Deus, para sermos incorporados em Jesus Cristo. Representa-nos a remissão de nossos pecados passados e futuros, a qual é adquirida plenamente, só pela morte de nosso Senhor Jesus”

os fiéis católicos. Para os reformadores calvinistas deveria ser observada a simplicidade da Bíblia e não os dogmas (CARDOSO, 2011, p.6).

Após algumas humilhações que Villegagnon submeteu os reformadores calvinistas, os impediu até mesmo de orar e pregar na ilha, assim, eles se refugiaram por cerca de dois meses em terra firme com os índios, ali foram recebidos da maneira pacífica, mas logo, decidiram zarpar rumo à França (FERREIRA, 2000, p.12).

Ferreira, ainda acrescenta que Villegagnon decidiu denunciar os calvinistas de heresia, e recomendou a condenação deles, ao chegarem na França:

Em fevereiro de 1558 aportou na Guanabara um pequeno barco, o “Le Jacques”. Segundo Lery, este navio empreendera a viagem patrocinado por vários líderes reformados franceses, com o propósito “de explorar a terra e escolher um lugar adequado à localização de setecentas a oitocentas pessoas que deveriam vir, ainda nesse ano, em grandes urnas de Flandres, para colonizar o país”. O casco do navio já estava meio carcomido, e foi carregado de pau-brasil, pimenta, algodão, macacos, papagaios e outros produtos da terra. Como o navio não pertencia à companhia de Villegaignon, este não teve como impedir o embarque dos huguenotes. O capitão concordou em transportá-los, e a 4 de janeiro de 1558 levantou âncora, para a travessia do Atlântico. O navio era de pequena capacidade, com apenas vinte e cinco marujos e quinze passageiros. Mesmo não se opondo ao embarque, Villegaignon enviou instruções secretas para serem entregues ao primeiro juiz em França, dizendo para que se executassem os huguenotes como traidores e hereges. Esta mensagem estava numa urna à prova d’água, mas no fim da viagem ela caiu nas mãos de um juiz huguenote, e mais tarde foi usada contra o seu autor (*ibid.*, p.13).

Contudo, o inesperado estaria prestes a acontecer, pois, a embarcação estava muito pesada devido as toras de pau-brasil, produtos dessa terra como pimentão, algodão, e alguns animais como bugios, quatis, papagaios (CRESPIN, 2007, p.12). Mesmo após os reparos realizados na embarcação, o jovem Léry e mais cinco dos missionários estavam, realmente, decididos a retornarem para a Guanabara. Até que no último instante, um dos companheiros estende a mão para o Jovem e o persuade a embarcar (FERREIRA, 2000, p.13). Isso o livra da morte como será observado adiante na próxima seção. Os companheiros de missão que retornaram para a Baía de Guanabara acabam que pagando com a vida. Estes são considerados como mártires de Guanabara (CRESPIN, 2007, p.13).

Assim, os cinco homens retornaram. Logo foram para uma praia, próximo à Baía, em que indígenas vieram para encontrar com eles. A princípio Villegagnon os recebeu cordialmente, mas, doze dias depois transformou-se, e mudou de

comportamento, “[...] concluiu que os calvinistas haviam mentido e eram traidores e espiões” (*ibid.*, p.13).

Os cinco homens que retornaram foram: Pierre Bourdon, Jean duBourdel, MatthieuVerneuil, André La Fon e Jacques leBalleur (CRESPIN, 2007, p.12).

Villegagnon decidiu executá-los por heresia naquele momento, já que era vice-rei, legalmente representante do rei Henrique II “[...] formulou um questionário sobre doze pontos doutrinários e lhes deu doze horas para responderem por escrito” (*ibid.*, p.12), como segue:

Tudo o que os reformados dispunham era um exemplar das Escrituras. Além disso, eles não eram teólogos e sim leigos. Para redigir as respostas, escolheram Jean duBourdel, não só o mais velho deles, mas o mais letrado e conhecedor do latim. Concluída a redação, com tinta de pau-brasil, Bourdel leu a confissão várias vezes aos seus companheiros, interrompendo-os sobre cada ponto. Cada um a assinou de próprio punho, indicando que a recebia como sua própria. Esse notável documento, que ficou conhecido como Confissão da Guanabara ou Confissão Fluminense, é uma das mais antigas declarações de fé reformada. (CRESPIN, 2007, p.12;13).

O texto da Confissão, como segue adiante, apresenta admirável conhecimento das Santas Escrituras:

Segundo a doutrina de Pedro Apóstolo, em sua primeira epístola, todos os cristãos devem estar sempre prontos para dar razão da esperança que neles há, e isso com toda a doçura e benignidade, nós abaixo assinados, senhor de Villegaignon, unanimemente (segundo a medida de graça que o Senhor nos tem concedido) damos razão, a cada ponto, como nos haveis apontado e ordenado, e começando no primeiro artigo: I. Cremos em um só Deus, imortal, invisível, criador do céu e da terra, e de todas as coisas, tanto visíveis como invisíveis, o qual é distinto em três pessoas: o Pai, o Filho e o Santo Espírito, que não constituem senão uma mesma substância em essência eterna e uma mesma vontade; o Pai, fonte e começo de todo o bem; o Filho, eternamente gerado do Pai, o qual, cumprida a plenitude do tempo, se manifestou em carne ao mundo, sendo concebido do Santo Espírito, nasceu da virgem Maria, feito sob a lei para resgatar os que sob ela estavam, a fim de que recebêssemos a adoção de próprios filhos; o Santo Espírito, procedente do Pai e do Filho, mestre de toda a verdade, falando pela boca dos profetas, sugerindo as coisas que foram ditas por nosso Senhor Jesus Cristo aos apóstolos. Este é o único Consolador em aflição, dando constância e perseverança em todo bem. Cremos que é mister somente adorar e perfeitamente amar, rogar e invocar a majestade de Deus em fé ou particularmente. II. Adorando nosso Senhor Jesus Cristo, não separamos uma natureza da outra, confessando as duas naturezas, a saber, divina e humana nele inseparáveis. III. Cremos, quanto ao Filho de Deus e ao Santo Espírito, o que a Palavra de Deus e a doutrina apostólica, e o símbolo, nos ensinam. IV. Cremos que nosso Senhor Jesus Cristo virá julgar os vivos e os mortos, em forma visível e humana como subiu ao céu, executando tal juízo na forma em que nos predisse no capítulo vinte e cinco de Mateus, tendo todo o poder de julgar, a Ele dado pelo Pai, sendo homem. E, quanto ao que dizemos em nossas orações, que o Pai aparecerá enfim na pessoa do Filho, entendemos por isso que o poder do Pai, dado ao Filho, será manifestado no dito juízo, não, todavia, que queiramos confundir as pessoas, sabendo que

elas são realmente distintas uma da outra. V. Cremos que no santíssimo sacramento da ceia, com as figuras corporais do pão e do vinho, as almas fiéis são realmente e de fato alimentadas com a própria substância do nosso Senhor Jesus, como nossos corpos são alimentados de alimentos, e assim não entendemos dizer que o pão e o vinho sejam transformados ou transubstanciados no seu corpo, porque o pão continua em sua natureza e substância, semelhantemente ao vinho, e não há mudança ou alteração. Distinguimos, todavia, este pão e vinho do outro pão que é dedicado ao uso comum, sendo que este nos é um sinal sacramental, sob o qual a verdade é infalivelmente recebida. Ora, esta recepção não se faz senão por meio da fé e nela não convém imaginar nada de carnal, nem preparar os dentes para comer, como santo Agostinho nos ensina, dizendo: “Por que preparas tu os dentes e o ventre? Crê, e tu o comeste.” O sinal, pois, nem nos dá a verdade, nem a coisa significada; Mas Nosso Senhor Jesus Cristo, por seu poder, virtude e bondade, alimenta e preserva nossas almas, e as faz participantes da sua carne, e de seu sangue, e de todos os seus benefícios. Vejamos a interpretação das palavras de Jesus Cristo: “Este pão é meu corpo.” Tertuliano, no livro quarto contra Marcião, explica estas palavras assim: “este é o sinal e a figura do meu corpo.” Agostinho diz: “O Senhor não evitou dizer: — Este é o meu corpo, quando dava apenas o sinal de seu corpo.” Portanto (como é ordenado no primeiro cânon do Concílio de Nicéia), neste santo sacramento não devemos imaginar nada de carnal e nem nos distrair no pão e no vinho, que nos são neles propostos por sinais, mas levantar nossos espíritos ao céu para contemplar pela fé o Filho de Deus, nosso Senhor Jesus, sentado à destra de Deus, seu Pai. Neste sentido podíamos jurar o artigo da Ascensão, com muitas outras sentenças de Agostinho, que omitimos, temendo ser longas. VI. Cremos que, se fosse necessário pôr água no vinho, os evangelistas e Paulo não teriam omitido uma coisa de tão grande consequência. E quanto ao que os doutores antigos têm observado (fundamentando se sobre o sangue misturado com água que saiu do lado de Jesus Cristo, desde que tal observância não tem fundamento na Palavra de Deus, visto mesmo que depois da instituição da Santa Ceia isso aconteceu), nós não podemos hoje admitir necessariamente. VII. Cremos que não há outra consagração senão a que se faz pelo ministro, quando se celebra a Ceia, recitando o ministro ao povo, em linguagem conhecida, a instituição desta Ceia literalmente, segundo a forma que nosso Senhor Jesus Cristo nos prescreveu, admoestando o povo quanto à morte e paixão do nosso Senhor. E mesmo, como diz Agostinho, a consagração é a palavra de fé que é pregada e recebida em fé. Pelo que, segue se que as palavras secretamente pronunciadas sobre os sinais não podem ser a consagração como aparece da instituição que nosso Senhor Jesus Cristo deixou aos seus apóstolos, dirigindo suas palavras aos seus discípulos presentes, aos quais ordenou tomar e comer. VIII. O santo sacramento da Ceia não é alimento para o corpo como para as almas (porque nós não imaginamos nada de carnal, como declaramos no artigo quinto) recebendo-o por fé, a qual não é carnal. IX. Cremos que o batismo é sacramento de penitência, e como uma entrada na igreja de Deus, para sermos incorporados em Jesus Cristo. Representa-nos a remissão de nossos pecados passados e futuros, a qual é adquirida plenamente, só pela morte de nosso Senhor Jesus. De mais, a mortificação de nossa carne aí nos é representada, e a lavagem, representada pela água lançada sobre a criança, é sinal e selo do sangue de nosso Senhor Jesus, que é a verdadeira purificação de nossas almas. A sua instituição nos é ensinada na Palavra de Deus, a qual os santos apóstolos observaram, usando de água em nome do Pai, do Filho e do Santo Espírito. Quanto aos exorcismos, abjurações de Satanás, crisma, saliva e sal, nós os registramos como tradições dos homens, contentando-nos só com a forma e instituição deixada por nosso Senhor Jesus. X. Quanto ao livre arbítrio, cremos que, se o primeiro homem, criado à imagem de Deus, teve liberdade e vontade, tanto para bem como para mal, só ele conheceu o que era livre arbítrio, estando

em sua integridade. Ora, ele nem apenas guardou este dom de Deus, assim como dele foi privado por seu pecado, e todos os que descendem dele, de sorte que nenhum da semente de Adão tem uma centelha do bem. Por esta causa, diz Paulo; “o homem natural não entende as coisas que são de Deus”. E Oséias clama aos filhos de Israel: “Tua perdição é de ti, ó Israel.” Ora, isto entendemos do homem que não é regenerado pelo Santo Espírito. Quanto ao homem cristão, batizado no sangue de Jesus Cristo, o qual caminha em novidade de vida, nosso Senhor Jesus Cristo restitui nele o livre arbítrio, e reforma a vontade para todas as boas obras, não, todavia, em perfeição, porque a execução de boa vontade não está em seu poder, mas vem de Deus, como amplamente este apóstolo declara, no sétimo capítulo aos Romanos, dizendo: “Tenho o querer, mas em mim não acho o realizar.” O homem predestinado para a vida eterna, embora peque por fragilidade humana, todavia não pode cair em impenitência. A este propósito, S. João diz que ele não peca, porque a eleição permanece nele. XI. Cremos que pertence só à Palavra de Deus perdoar os pecados, da qual, como diz Ambrósio, o homem é apenas o ministro; Portanto, se ele condena ou absolve, não é ele, mas a Palavra de Deus que ele anuncia. Agostinho, neste lugar diz que não é pelo mérito dos homens que os pecados são perdoados, mas pela virtude do Santo Espírito. Porque o Senhor dissera aos seus apóstolos: “recebi o Santo Espírito;” depois acrescenta: “Se perdoardes a alguém os seus pecados,” etc. Cipriano diz que o servo não pode perdoar a ofensa contra o Senhor. XII. Quanto à imposição das mãos, essa serviu em seu tempo, e não há necessidade de conservá-la agora, porque pela imposição das mãos não se pode dar o Santo Espírito, porquanto isto só a Deus pertence. No tocante à ordem eclesiástica, cremos no que Paulo dela escreveu na primeira epístola a Timóteo, e em outros lugares. XIII. A separação entre o homem e a mulher legitimamente unidos por casamento não se pode fazer senão por causa de adultério, como nosso Senhor ensina (Mateus 19:5). E não somente se pode fazer a separação por essa causa, mas também, bem examinada a causa perante o magistrado, a parte não culpada, se não podendo conter-se, deve casar-se, como Ambrósio diz sobre o capítulo sete da Primeira Epístola aos Coríntios. O magistrado, todavia, deve nisso proceder com madureza de conselho. XIV. Paulo, ensinando que o bispo deve ser marido de uma só mulher, não diz que não lhe seja lícito tornar a casar, mas o apóstolo condena a bigamia a que os homens daqueles tempos eram muito afeitos; todavia, nisso deixamos o julgamento aos mais versados nas Santas Escrituras, não se fundando a nossa fé sobre esse ponto. XV. Não é lícito votar a Deus, senão o que ele aprova. Ora, é assim que os votos monásticos só tendem à corrupção do verdadeiro serviço de Deus. É, também, grande temeridade e presunção do homem fazer votos além da medida de sua vocação, visto que a santa Escritura nos ensina que a continência é um dom especial (Mateus 15 e 1 Coríntios 7). Portanto, segue-se que os que se impõem esta necessidade, renunciando ao matrimônio toda a sua vida, não podem ser desculpados de extrema temeridade e confiança excessivos e insolentes em si mesmos. E por este meio tentam a Deus, visto que o dom da continência é, em alguns, apenas temporal, e o que o teve por algum tempo não o terá pelo resto da vida. Por isso, pois, os monges, padres e outros tais que se obrigam e prometem viver em castidade, tentam contra Deus, por isso que não está neles o cumprir o que prometem. Cipriano, no capítulo onze, diz assim: “Se as virgens se dedicam de boa vontade a Cristo, perseverem em castidade sem defeito; sendo assim fortes e constantes, esperem o galardão preparado para a sua virgindade; se não querem ou não podem perseverar nos votos, é melhor que se casem do que serem precipitadas no fogo da lascívia por seus prazeres e delícias.” Quanto à passagem do apóstolo Paulo, é verdade que as viúvas tomadas para servir à igreja, se submetiam a não mais casar, enquanto estivessem sujeitas ao dito cargo, não que por isso se lhes reputasse ou atribuísse alguma santidade, mas porque não podiam bem desempenhar os deveres, sendo casadas; e,

querendo casar, renunciassessem à vocação para a qual Deus as tinha chamado, contudo que cumprissem as promessas feitas na igreja, sem violar a promessa feita no batismo, na qual está contido este ponto: “Que cada um deve servir a Deus na vocação em que foi chamado.” As viúvas, pois, não faziam voto de continência, senão no que o casamento não convinha ao ofício para que se apresentavam, e não tinham outra consideração que cumpri-lo. Não eram tão constrangidas que não lhes fosse antes permitido se casar que se abراسar e cair em alguma infâmia ou desonestidade. Mas, para evitar tal inconveniência, o apóstolo Paulo, no capítulo citado, proíbe que sejam recebidas para fazer tais votos sem que tenham a idade de sessenta anos, que é uma idade normalmente fora da incontinência. Acrescenta que os eleitos só devem ter sido casados uma vez, a fim de que por essa forma, tenham já uma aprovação de continência. XVI. Cremos que Jesus Cristo é o nosso único Mediador, intercessor e Advogado, pelo qual temos acesso ao Pai, e que, justificados no seu sangue, seremos livres da morte, e por ele já reconciliados teremos plena vitória contra a morte. Quanto aos mortos, dizemos que desejam a nossa salvação e o cumprimento do Reino de Deus, e que o número dos eleitos se complete; todavia, não nos devemos dirigir a eles como intercessores para obterem alguma coisa, porque desobedeceríamos ao mandamento de Deus. Quanto a nós, ainda vivos, enquanto estamos unidos como membros de um corpo, devemos orar uns pelos outros, como nos ensinam muitas passagens das Santas Escrituras. XVII. Quanto aos mortos, Paulo, na Primeira Epístola aos Tessalonicenses, no capítulo quatro, nos proíbe entristecer-nos por eles, porque isto convém aos pagãos, que não têm esperança alguma de ressuscitar. O apóstolo não manda e nem ensina orar por eles, o que não teria esquecido se fosse conveniente. Agostinho, sobre o Salmo 48, diz que os espíritos dos mortos recebem conforme o que tiverem feito durante a vida; que se nada fizeram, estando vivos, nada recebem, estando mortos. Esta é a resposta que damos aos artigos por vós enviados, segundo a medida e porção da fé, que Deus nos deu, suplicando que lhe praza fazer que em nós não seja morta, antes produza frutos dignos de seus filhos, e assim, fazendonos crescer e perseverar nela, lhe rendamos graças e louvores para sempre. Assim seja. Jean duBourdell, MatthieuVerneuill, Pierre Bourdon, André la Fon. Rio de Janeiro 155¹⁵

Estes homens, que assinaram este documento, atestaram suas sentenças de morte diante de tamanha perseguições e crueldades de Villegagnon com a igreja recém organizada na Guanabara (FERREIRA, 2000, p.14).

3.2 A TRÁGICA MORTE DOS MÁRTIRES DA BAÍA DE GUANABARA

Após a leitura do texto, que por sinal, bastante consistente teologicamente, os cinco homens são condenados por Villegagnon, o vice-rei (*ibid.*, p.14).

De acordo com o pastor e professor Franklin Ferreira, pelo menos três dos missionários foram lançados ao mar:

¹⁵ A Confissão de Fé de Guanabara ou Confissão de Fluminense, é de domínio público e pode ser encontrada na internet. Esta cópia citada no texto foi extraída do site da Igreja Presbiteriana do setor universitário, onde segue o endereço eletrônico: <https://ipsu.com.br/wp-content/uploads/2020/02/A-CONFISS%C3%83O-DE-F%C3%89-DA-GUANABARA.pdf>

Ao se apresentarem ao almirante, reafirmando o desejo de se manterem fiéis à confissão, receberam todo o ódio de Villegaignon. Os huguenotes foram presos e o terror tomou conta dos moradores da ilha. Na manhã seguinte, 10 de fevereiro de 1558, sexta-feira, Villegaignon tentou levar os huguenotes a abjurar a confissão, mas eles se mantiveram firmes. Após esbofetear violentamente duBourdel, ordenou ao carrasco que algemasse as mãos do homem e o conduzisse a uma rocha para lançá-lo ao mar. Após estimular os outros companheiros, cantou um Salmo, confessou seus pecados e foi lançado ao mar. Matthieu Verneuil também foi conduzido à rocha, e após reafirmar o desejo de não se retratar, proferiu suas últimas palavras: “Senhor Jesus, tem piedade de mim”. André La Fon foi considerado inofensivo por Villegaignon, que não mandou matá-lo, e o manteve a seu serviço, pois La Fon era alfaiate – ele precisava mantê-lo para conservar seu guarda-roupas. Villegaignon atravessou o braço de mar e foi à casa onde Bourdon se abrigava, doente, trazendo-o para o forte. Como este não queria renegar a confissão de fé, foi estrangulado por um carrasco, e seu corpo atirado no mar. (FERREIRA, 2000, p.14).

Sobre La Fon, contudo, segundo a obra de Crespin, o missionário foi poupado devido a sua retratação, “[...] declarou que não queria ser obstinado em suas ideias calvinistas” (CRESPIN, 2007, p.13). Assim, ele foi poupado, preso e conduzido à fortaleza, onde passou a prestar serviços como alfaiate para Villegaignon (*ibid.*, p.13). E, Jacques Le Balleur, o outro missionário, também foi poupado, devido a seu ofício de ferreiro. (Ferreira, 2000, p.15).

Depois da tragédia, o documento foi entregue ao “[...] Senhor Du Pont, cerca de quatro meses depois de sua chegada à França, por pessoas fidedignas que deixamos neste país” (FERREIRA, 2000, p.17), e este entregou nas mãos de Léry, que se sentiu no dever de relatar em uma publicação.

Por fim, essa incrível história, perpassa pela historiografia brasileira. Os calvinistas que aqui estiveram neste momento histórico, foram homens corajosos que honraram o chamado de Deus em suas vidas. E que chegou até o nosso conhecimento nos dias de hoje.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho reuniu pesquisadores, historiadores e outros teóricos que versam sobre o tema apresentado. A ideia inicial foi trazer reflexão através da história dos cristãos protestantes calvinistas (no século XVI), no “Rio antes do Rio” dos dias atuais.

Antes mesmo dos conjuntos arquitetônicos do Rio de Janeiro que conhecemos, atualmente, verificou-se que há muitos anos a Baía de Guanabara era habitada pelos índios tupinambás que praticavam seus costumes e sua cultura. Tinham suas crenças e se desenvolviam de acordo com a perspectiva da mata.

Infere-se, também, que Jean de Léry e os missionários que estiveram no Brasil por pedido de Villegagnon, sofreram perseguições e muitas aflições, a ponto de três deles serem condenados e executados a morte. Antes, porém, em suas defesas, redigiram um texto que se tornou historicamente a primeira confissão reformada no Brasil, a Confissão de Fé da Guanabara.

Embora, tendo muito esforço por parte dos missionários não houve sucesso imediato, mas a médio e longo prazo, pois as vozes destes irmãos que estiveram aqui pregando a Palavra de Deus ecoam até agora.

Portanto, esta pesquisa, deixa evidente, também, que os cristãos calvinistas desenvolviam a fé de modo divergente dos católicos. Além disso, reconhecidamente, é importante entender, um pouco, tanto da história quanto questões teológicas envolvidas na época, para que se possa abrir janelas em busca de compreensão do movimento Cristão protestante no século XVI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BICALHO, Maria Fernanda B. *A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”*. Niterói – RJ – Departamento de História – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – UFF –. 2008.

BIRD-DAVID, Nurit. “Animismo” Revisitado: Pessoa, meio Ambiente e epistemologia Relacional. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 19, n. 35, p. 93-171, jan./jul. 2019.

CARDOSO, Dario de Araujo. *A presença do calvinismo na crônica Viagem à terra do Brasil de Jean de Lery*. UFPR – Curitiba, Brasil - XII Congresso Internacional da ABRALIC Centro, Centros – Ética, estética. 18 a 22 de julho de 2011.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. *Dicionário Tupi (antigo) português*. Salvador, BA. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CRESPIN, Jean. *A tragédia da Guanabara*. [Tradução Domingos Ribeiro, Norma Cristina Guimarães Braga e Suassuna Klessen] – São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. I.reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Franklin. *A presença dos Reformados franceses no Brasil Colonial*: publicado em *Vox Scripturae* N° 10, vol. 1 (dezembro 2000), p. 51-86.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531 – 1800)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família patriarcal brasileira*. São Paulo. ed. Global, 2004.

IBGE. *Brasil 500 Anos*. <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/modos-de-vida-dos-tupinamba-ou-tupis.html> acesso dia 16/10/2024; às 20h36.

IBGE. *Índigenas* <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html> acesso dia 27/10/2024; às 22h11.

LE GOFF, Jacques. *A idade média*. Rio de Janeiro. ed. Ediouro Publicações. 2006;

LÉRY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. Trad. Sergio Milliet. 4 ed. São Paulo: livraria Martins Fontes, 1961.

LOPEZ, Adriana. *Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil*: São Paulo Editora Senac. 2001

MARIZ, Vasco. *Os franceses na Guanabara: Villegagnon e a França Antártica (1555 – 1567)*. 3.ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 2015.

_____. *Villegagnon e a França Antártica: Uma reavaliação*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira. Biblioteca do Exército Brasileiro, 2001.

MELLO, Carl Egbert H. Vieira de. *O Rio de Janeiro no Brasil Quinhentista*. São Paulo. Ed. Loyola, 1996.

MENDES JÚNIOR, Rafael Fernandes; PISSOLATO Elizabeth. *Os deslocamentos guaranis: revisitando as fontes documentais com Bartomeu Melià*. Tellus, Campo Grande, MS. ano 22, n. 48, p. 113-144, maio/ago. 2022.

METREAU, Alfred. *A religião dos Tupinambás e suas relações com as demais tribos tupi-guaranis*. Trad. Prof. Estevão Pinto. 2. ed. – São Paulo: Ed. Nacional. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

RAMOS, Rogério de Araújo. *Dicionário didático da Língua Portuguesa: ensino fundamental 1 / 2ª ed.* – São Paulo: Edições SM. 2011.

SANTOS, Jorge Pinheiro dos. *O Paraíso Protestante, Jean de Léry, notas antropofágicas sobre a questão huguenote-tupinambá*. 1. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. 2º ed. São Paulo. Cia das Letras. 2018.

SERRÃO. Joaquim V. *O Rio de Janeiro no século XVI*. II Documentos dos Arquivos Portugueses: Lisboa, Portugal - Ed. da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.

SILVA, Rafael Freitas da. *O Rio antes do Rio*. 6. Ed: Belo Horizonte, MG. Ed. Relicário, 2024.

SILVA, Tiago de Oliveira. *Huguenotes na França Antártica: A primeira tentativa de introdução de Fé Reformada no Brasil*: São Paulo, SP. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2023.

STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013 – Coleção Biblioteca Básica Brasileira, 2014.

THÉVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América*: Brasília, DF. Prefácio, tradução e notas do prof. Estêvão Pinto. – Senado Federal, Conselho Editorial, 2018.